

12/04/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Educação contemplada](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Choque de realidade](#)

[Carta a um novo ministro da Educação](#)

[Projeto de Bolsonaro para ensino domiciliar prevê cadastro do MEC e avaliação anual](#)

[Conselhos profissionais vetam alunos formados por educação a distância](#)

[Decreto de alfabetização mantém foco em método fônico](#)

[Governo Bolsonaro quer criar carteira de estudante para esvaziar entidades como UNE](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O gigantismo do MEC](#)

[Ele é...](#)

[Projetos desconexos](#)

[Mares revoltos](#)

[Aluno de ensino domiciliar terá de ir a escola se for reprovado](#)

[Prioridade para 7 mil em vez de trabalhar para 45 milhões](#)

[Alfabetização destaca método fônico e família](#)

O GLOBO - RJ

[Lista tríplice](#)

[Educação domiciliar vira projeto de lei do governo](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Alfabetização vai incluir abordagem fônica](#)

[Ensino domiciliar será examinado em projeto de lei](#)

Revistas

VEJA - SP

[Ministério em transe](#)

Imprensa Estadual

MEIO NORTE - PI

[Inscrições para o doutorado em Letras](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Decreto do governo federal sobre alfabetização destaca método fônico e família](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Decreto de alfabetização mantém foco em método fônico](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Entenda quem são os olavetes citados em conversa do novo ministro da Educação](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Projeto de ensino domiciliar do governo frustra setor, que esperava MP](#)

G1

[MEC diz que política de alfabetização vai seguir meta de alfabetizar crianças até 3º ano do fundamental](#)

METRÓPOLES

[Ensino domiciliar: pais devem apresentar plano pedagógico a cada ano](#)

Agências de notícias e sites

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS

[Lançada a primeira chamada do Programa Ciência na Escola](#)

BLOG DA ALINE GARCIA

CLIPPING



[Bolsonaro ou mente em entrevista, ou é ignorante a respeito da pesquisa científica brasileira](#)

GRUPO ORZIL

[Programa Ciência na Escola – Ciência é 10 – Olimpíada Nacional de Ciências](#)

[Ciência é 10! – Programa Ciência na Escola](#)

[Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril](#)

[Lançada a primeira chamada do Programa Ciência na Escola](#)

PORTAL DE CARAJÁS

[Governo extingue programa de bolsas Capes](#)

QUERO BOLSA

[Qual a diferença entre uma pós-graduação presencial, semipresencial e EaD](#)

UFF

[Nobel de Química lota teatro da UFF em palestra sobre nanotecnologia](#)

UFSC

[Comunicado – acesso remoto ao Portal de Periódicos, via \(CAFe\), está temporariamente fora do ar para 69 instituições](#)

UNIVERSIDADE DE MARÍLIA

[Alunos do curso de Direito são aprovados em Exame da OAB](#)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

[Reitor participa de reunião administrativa da ABRUEM](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Bolsonaro assina projeto de lei sobre educação domiciliar](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo Bolsonaro quer criar carteira de estudante para esvaziar entidades como UNE](#)

G1

[Projeto de lei que pretende regulamentar a educação domiciliar no Brasil prevê provas anuais e cadastro no MEC](#)

[Abertas inscrições para programa que concede bolsas a universitários do Ceará vindos de escolas públicas](#)

METRÓPOLES

[MEC - novo ministro fala em sabotagem e diz não aceitar vazamentos](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Ensino domiciliar terá provão e exigirá projeto pedagógico feito pelos pais](#)

[Proposta de governo prevê educação domiciliar condicionada a desempenho](#)

[Bolsonaro assina projeto de lei sobre educação domiciliar](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[ERECHIM : Projeto quer acabar com consumo de álcool por adolescentes no município](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[O presidente me deu carta branca](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Ifes tem inscrições abertas para professores substitutos com salários de até R\\$ 4,2 mil](#)

JI NEWS

[Unesc participa de agendas em Brasília](#)

UEMS

[UEMS abre 251 vagas para Portadores de Diploma](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Parlamentares criam Frente da Educação; prioridade é financiamento](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Frente parlamentar vai lutar pela permanência do Fundeb](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Tábata Amaral cobra visão de educação e não de economia no MEC](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC : Em conversa privada, novo ministro fala em sabotagem e exige fim de vazamentos à imprensa](#)

AGÊNCIA VALOR

[Olavo de Carvalho: Trocaram um pseudo olavete por verdadeiro olavete](#)

CORREIO WEB

[Ministro da Educação troca militar da Secretaria-Executiva por economista](#)

[MEC não apresentou avanços durante novo governo, avalia Todos pela Educação](#)

G1

[Inscrições para curso de mestrado da Ufam para professores estaduais são prorrogadas](#)

[Bolsonaro assina projeto de lei que pretende regulamentar a educação domiciliar no](#)

[Brasil](#)

[Bolsonaro assina decreto sobre a alfabetização no país](#)

METRÓPOLES

[Parlamentares criam Frente da Educação; prioridade é financiamento](#)

[Tábata Amaral cobra visão de educação e não de economia no MEC](#)

PORTAL ISTOÉ

[Tábata Amaral cobra visão de educação e não de economia no MEC](#)

[Parlamentares criam Frente da Educação; prioridade é financiamento](#)

PORTAL VEJA

[A nova equipe do MEC e os desafios da educação](#)

R7

[Novo ministro da Educação define nomes de secretários da pasta](#)

[Novo ministro da Educação anuncia nomes sem experiência na área](#)

[MG vai reduzir em 75% alunos atendidos pelo ensino integral](#)

[Frente da Educação tem como prioridade financiamento](#)

[Ensino bilíngue: nova exigência do mundo contemporâneo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Tábata Amaral cobra visão de educação e não de economia no MEC](#)

[Parlamentares criam Frente da Educação; prioridade é financiamento](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Educação contemplada

O pacote de Jair Bolsonaro tem dois projetos de lei voltados para a área da educação. Um é a Política Nacional de Alfabetização (PNA), a cargo do Ministério da Educação (MEC). O outro, o ensino domiciliar, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), mas com o acompanhamento feito pelo próprio MEC.

O decreto da PNA foca no método fônico, que prioriza a relação entre letras e sons para a formação de sílabas e palavras — apesar disso, o MEC informou, por meio de nota, que “não determina nenhum método especificamente”, e que a adesão dos estados e municípios será “voluntariosa”. A pasta apresentará um caderno explicando “as diretrizes, os princípios e os objetivos da PNA”. O texto do decreto, entretanto, já dá

diretrizes gerais, como a “priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental”; o “incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral e da literacia emergente na educação infantil”; e a “participação das famílias no processo de alfabetização por meio de ações de cooperação e integração entre famílias e comunidade escolar”.

O texto enviado pelo MEC à reportagem do Correio também afirma que o programa se baseia em “métodos científicos”, como foi feito em países como Portugal, França, Reino Unido, EUA e Finlândia. Com o PNA, o governo pretende “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental”, além de “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5%”, meta que estava programada para 2015, e erradicar casos de analfabetismo absoluto (quem não sabe ler nem escrever) e analfabetismo funcional (quem não consegue compreender textos simples ou fazer operações matemáticas). Essas são, respectivamente as metas 5 e 9 do Plano Nacional da Educação (PNE).

No caso do ensino domiciliar, o PL traz no texto os requisitos mínimos que pais ou responsáveis legais deverão cumprir para exercer a opção, tais como o cadastro em plataforma a ser oferecida pelo Ministério da Educação e avaliação das crianças e adolescentes. O secretário-adjunto da Secretaria Nacional da Família do MMFDH, Pedro Hollanda, defende a medida. “Há estudos que mostram que a capacidade cognitiva e social não são diferentes entre os alunos da educação escolar e os da domiciliar. O princípio que norteia é que pais devem escolher o tipo de instrução dos filhos. Isso, baseado em tratados de direitos humanos”, garantiu Hollanda.

Para o professor aposentado da Universidade de Brasília e especialista em educação Erasto Mendonça, porém, não há vantagens no modelo. “A educação domiciliar deve ser uma exceção, em casos de absoluta necessidade. A escola não é só um espaço de educação, mas também de socialização e de convivência da criança”, criticou.

Inicialmente, o governo pretendia regulamentar a educação domiciliar por medida provisória, mas mudou de ideia. A ministra da Mulher, Damares Alves, explicou que a Casa Civil achou melhor conduzir por projeto de lei. Assinar uma MP traria desgaste para a articulação política do governo, empenhada na reforma da Previdência. A Casa Civil também analisou que poderia trazer insegurança para as famílias na hipótese de a medida ser derrubada no Congresso. “E as famílias que optaram por este método? E as crianças, que são o mais importante, ficarão sem salvaguarda, sem ano escolar? O objetivo era dar a escolha aos pais, mas a MP tinha riscos”, explicou Damares. (Colaborou Rodolfo Costa)

* Estagiária sob a supervisão de Leonardo Meireles

Pedido negado no Supremo

A Educação Domiciliar já foi tema de debate outras vezes e, inclusive, teve recurso negado no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo a fundamentação adotada pela maioria dos ministros, o pedido formulado não pôde ser acolhido, uma vez que não havia legislação que regulamentasse preceitos e regras aplicáveis a essa modalidade de ensino. “Não há nenhum bônus aos estudantes e, entre os ônus, está a falta de convivência, uma das coisas mais importantes para a criança em idade escolar”, alertou o Supremo.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Choque de realidade

Frustrações e popularidade abalada deveriam estimular Bolsonaro a corrigir rumos

Disputas ideológicas estereis que contaram com o estímulo do próprio mandatário só contribuíram para acirrar tensões e travaram áreas essenciais como a educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/04/choque-de-realidade.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Carta a um novo ministro da Educação

Há atributos úteis que não precisam ser necessariamente personificados

Foi publicado, recentemente, um livro organizado por Fernando Reimers, intitulado “Cartas para um Novo Ministro da Educação”, com textos de líderes educacionais de diferentes países, relatando a um novo mandatário suas experiências na gestão da política educacional, seus aprendizados e eventuais dificuldades encontradas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/04/carta-a-um-novo-ministro-da-educacao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Projeto de Bolsonaro para ensino domiciliar prevê cadastro do MEC e avaliação anual

Aluno que reprovar duas vezes consecutivas perderá direito de participação no modelo

Brasília

O projeto de lei do governo Jair Bolsonaro (PSL) sobre ensino domiciliar prevê cadastro de alunos e avaliações anuais realizados pelo MEC (Ministério da Educação). Caso o aluno seja reprovado por dois anos consecutivos, perderá o direito de estudar nesse modelo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/projeto-de-bolsonaro-para-ensino-domiciliar-preve-cadastro-do-mec-e-avaliacao-anual.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Conselhos profissionais vetam alunos formados por educação a distância

Medida foi tomada por entidades de arquitetura, farmácia, odontologia e veterinária

São Paulo

Em crescimento e com polos até fora do país, a educação a distância (EaD) está diante de um impasse. Conselhos profissionais de diferentes áreas têm aprovado resoluções que proíbem os estudantes formados nessa modalidade de exercerem a carreira.

A decisão foi tomada recentemente pelas entidades representativas de arquitetura,

farmácia, medicina veterinária e odontologia. Elas argumentam que não é possível garantir formação de qualidade com aulas online e que atividades práticas são essenciais.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/conselhos-profissionais-vetam-alunos-formados-por-educacao-a-distancia.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Decreto de alfabetização mantém foco em método fônico

Secretário de Alfabetização reverteu mudanças que haviam sido feitas no texto
Brasília

O decreto da nova Política Nacional de Alfabetização do governo Jair Bolsonaro (PSL) manteve o foco no chamado método fônico, alvo de críticas. O texto inicial havia sido alterado nos últimos dias, com anuência de secretários de Educação, mas a versão final teve nova redação.

O tema é uma das metas do governo para seus cem primeiros dias. Bolsonaro assinou o decreto em cerimônia na manhã de quinta-feira (11), que foi publicado à noite em edição extra do Diário Oficial da União.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/decreto-de-alfabetizacao-mantem-foco-em-metodo-fonico-criticado-por-especialistas.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo Bolsonaro quer criar carteira de estudante para esvaziar entidades como UNE

Documento é principal fonte de financiamento de organizações estudantis
Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PSL) tem trabalhado para criar uma carteira de identificação de estudantes com o objetivo de esvaziar a carteirinha emitida por entidades estudantis. O documento, que garante meia entrada em cinemas e espetáculos, é a principal fonte de renda dessas organizações.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/04/governo-bolsonaro-quer-criar-carteira-de-estudante-para-esvaziar-entidades-como-une.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

O gigantismo do MEC

SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES)

As preocupações ideológicas que marcaram a gestão de Véliz Rodríguez e aparentemente continuarão na agenda do novo ministro nem de longe refletem as questões que o Ministério da Educação, com um orçamento de R\$ 123 bilhões e 450 mil funcionários em 2018, precisa enfrentar. Além de administrar uma rede própria com

mais de cem instituições e 1,3 milhão de estudantes, o ministério é responsável por autorizar, avaliar e cuidar do desempenho dos estudantes e de todas as instituições de ensino superior federais e privadas, desenvolver os parâmetros curriculares de todos os cursos de todos os níveis, manter em dia as estatísticas educacionais, administrar o crédito educativo e uma longa lista de programas como Proinfância, Dinheiro Direto nas Escolas, Livro Didático, Brasil Profissionalizado, Transporte Escolar e tantos outros.

Temas associados a valores e costumes algumas vezes surgem em alguns exames ou currículos, são questionados e repercutem na imprensa. Existem também controvérsias importantes sobre métodos de ensino, usos de novas tecnologias e modelos de organização do sistema escolar. São discussões que têm seu lugar, mas não deveriam distrair-nos da questão fundamental: o Brasil está gastando bem os 6% do produto interno bruto (PIB) que destina à educação? As pessoas estão aprendendo a ler, escrever e contar como deveriam? Sabemos que não, o que leva a indagar: o Ministério da Educação, com seus atuais formato e estrutura, é o melhor instrumento para mudar a situação, bastando, para isso, encontrar um bom ministro e uma equipe certa? Ou será que é necessário repensar de maneira profunda e ousada o papel do ministério e buscar alternativas?

O governo federal só contribui com 30% dos gastos públicos em educação, concentrados no financiamento de suas universidades, ficando o restante por conta dos Estados e municípios, sem falar nos grandes investimentos privados. No ensino superior, o governo federal só atende a 15% da matrícula, ficando 75% com o setor

privado e o demais com os Estados. No ensino fundamental, a participação federal é irrisória – menos de 100 mil matrículas, ficando 85% com os Estados e municípios e 15% com o setor privado. No papel, o governo federal tem autoridade regulatória sobre todo o sistema, e a Constituição diz que o ensino nos três níveis deve ser organizado em “regime de colaboração”. Mas, na prática, existe muita controvérsia sobre como essa colaboração deve funcionar e a dificuldade de o Ministério da Educação chegar ao “chão da escola” com suas orientações curriculares, avaliações e programas de apoio acaba resultando em interminável proliferação de portarias, instruções normativas, notas técnicas, resoluções, decretos e mudanças na legislação de efeitos desconhecidos, por falta de avaliação.

Uma das razões dessa combinação de gigantismo com ineficiência a que chegamos foi a tentativa do ministério, ao longo dos anos, de cooptar todos os grupos de interesse da área de educação, da UNE às multinacionais do ensino privado, passando pelos sindicatos de professores, instituições filantrópicas, associações científicas e corporações profissionais. O resultado mais evidente desse processo nos governos do PT foi o Plano Nacional de Educação aprovado unanimemente pelo Congresso Nacional em 2014, e ainda em vigor, com uma longa lista de objetivos irrealizáveis e desconexos a serem pagos com pelo menos 10% do PIB a cada ano. O exemplo mais recente é a reforma do ensino médio, uma ideia importante que parece estar sendo perdida pelo cipoal normativo que acabou gerando. Políticas educacionais não podem ser implementadas sem competência técnica, autoridade e legitimidade, mantidas por meio do diálogo ativo e respeitoso com as comunidades profissionais, e a adoção das melhores práticas internacionais. Isso é muito diferente de simplesmente atender aos interesses corporativos dos que falam mais alto, ou impelir a ideologia do momento.

A solução liberal extremada para tudo isso é simples: fechar o Ministério e as Secretarias de Educação, privatizar as universidades e escolas, e deixar que as forças do mercado cuidem de tudo. Mas isso não funciona em nenhum lugar do mundo, os países que conseguem melhorar sua educação são aqueles em que o setor público funciona com autoridade, competência e investimento significativo de recursos públicos. Existem formas muito diferentes de fazer isso, mais centralizadas, como na França, ou mais abertas e plurais, como nos Estados Unidos. Apesar da influência francesa no passado, o Brasil é mais próximo da desorganização americana, com um governo central relativamente débil, alguns governos regionais e locais fortes e um forte setor privado.

Os dois modelos sugerem o caminho a seguir. Em vez de uma administração de comando de cima para baixo, políticas mais indutivas, abrindo espaços e valorizando a diversidade e as experiências locais. Em vez de fortalecer a burocracia federal, descentralizar não só a execução, mas até mesmo a avaliação dos resultados da educação, envolvendo governos, entidades profissionais e associações voluntárias de credenciamento e certificação, na medida de suas competências efetivas. Em vez de normas e determinações minuciosas e detalhadas impostas de cima para baixo, mais respeito às iniciativas locais. Sem abdicar da responsabilidade de garantir a qualidade e reduzir a iniquidade, valorizar e estimular a iniciativa particular e introduzir nas universidades públicas formas de gerenciamento e incentivos mais típicos do setor privado, como a administração por objetivos e contratos de gestão; e não permitir que programas governamentais continuem existindo sem mecanismos claros de avaliação de resultados e justificação de seus custos.

Não chega a ser o mapa da mina, mas pode ser um roteiro.

Sugestão do caminho a seguir não chega a ser o mapa da mina, mas pode ser um roteiro

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Ele é...

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi questionado por parlamentares, em uma visita ao gabinete de Davi Alcolumbre, se era ou não olavete.

...Ou não é?

Weintraub disse que só teve algumas aulas com Olavo de Carvalho, mas sinalizou que gostaria de se distanciar do rótulo. Horas antes, o escritor havia dito que o novo ministro conhece suas ideias melhor que o anterior, Vézex.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Projetos desconexos

Empacotamento de medidas tão díspares evidencia ansiedade de mostrar que gestão vai sair da paralisia provocada por polêmicas.

O que fica do discurso de pouco mais de quatro minutos de Jair Bolsonaro na solenidade de lançamento de um pacote desconexo que junta medidas importantes e outras irrelevantes por ocasião dos cem dias de governo é a frase do presidente de que sua administração navega em “céu de brigadeiro”. Trata-se de uma boa dose de desconexão da realidade que marcou os três meses inaugurais de seu mandato. O empacotamento de medidas tão díspares, no entanto, trai as palavras do presidente e evidencia uma ansiedade generalizada de mostrar que a gestão vai sair da paralisia provocada por

excesso de polêmicas ideológicas bestas e inexperiência da equipe – a começar do comandante.

Entre as medidas relevantes estão o projeto que dá autonomia ao Banco Central, o acordo de cessão onerosa com a Petrobrás, a uniformização de regras para nomeações de dirigentes de bancos públicos com as exigências que já vigoram para instituições privadas e o “revogaço” que vai limpar a burocracia estatal de uma série de normas já caducas.

São importantes porque estão em linha com promessas de campanha de destravar a economia, dando-lhe uma diretriz liberal, e porque sinalizam o caminho de profissionalizar a gestão pública.

Há aquelas medidas-pegadinha, que querem afetar grande importância quando não têm a mínima. Nesse rol estão a extinção de cargos que já estavam vazios e de conselhos criados pelo assembleísmo petista que estavam desativados e – ao contrário do que podem pensar os bolsonaristas iludidos – não implicavam jetom para os integrantes.

Há ainda as medidas que são meros “calhaus”, jargão jornalístico para uma notícia ou anúncio que você encaixa para tapar buraco numa página. Nesse grupo estão coisas exóticas como a uniformização do domínio “.gov” nos sites oficiais e a mudança na forma de tratamento nas comunicações oficiais. E existem, por fim, anúncios que têm de ser analisados melhor porque podem significar retrocessos, como a lei que institui o ensino domiciliar, que deve gerar controvérsia com o STF, e a conversão de multas ambientais, que pode virar senha para um vale-tudo na área.

O fato é que a grande medida que se espera do governo são as reformas estruturantes. Bolsonaro falou na Previdência e prometeu empenho – que, diga-se, vem dedicando em doses maiores nas últimas semanas. Mas urge profissionalizar o acompanhamento de votos na Câmara dos Deputados, planilhando os apoios, monitorando as bancadas e se antecipando às tentativas, que virão, de desidratar o texto. A reforma, por ora, não navega em mar de brigadeiro. Ou o governo volta sua energia para colocar a proposta em marcha de uma vez ou não haverá pacote que ajude a melhorar a avaliação periclitante que Bolsonaro tenta negar.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Mares revoltos

E-MAIL: ELIANE.CANTANHEDE@ESTADAO.COM TWITTER:

@ECANTANHEDE ELIANE CANTANHÊDE ESCREVE ÀS TERÇAS E SEXTAS-FEIRAS E AOS DOMINGOS

A palavra-chave dos cem dias de Bolsonaro é ideologia. Isso causou os piores momentos e as maiores críticas no início do governo.

Há dois balanços dos cem primeiros dias do governo Jair Bolsonaro: o do próprio Bolsonaro, que admite “mar revolto”, mas vê “céu de brigadeiro”, e o da opinião pública, que só vê o “mar revolto” que engoliu 15 pontos na popularidade do presidente.

O pacote de medidas de ontem foi uma clara tentativa de fugir de um balanço analítico e forçar uma contabilidade aritmética. Na solenidade, Bolsonaro confirmou o 13.º salário

para o Bolsa Família, a independência do Banco Central e o polêmico ensino domiciliar.

Muito além dessas questões pontuais, que geram acalorados debates, a palavra-chave dos cem dias de Bolsonaro é: ideologia. Enquanto condena o excesso de ideologia da era PT, o presidente se pauta, a cada ato, a cada fala, a cada viagem, exatamente por um excesso de ideologia. Só que do avesso.

Isso causou os piores momentos e as maiores críticas ao início do governo, com a divulgação de um vídeo asqueroso contra o Carnaval, os elogios chocantes aos ditadores sanguinários Stroessner e Pinochet, a constrangedora opinião de que o nazismo era de esquerda, a veneração quase infantil a Donald Trump, a reinvenção da diplomacia nas relações com Binyamin Netanyahu. Além de reinventar a história, Bolsonaro trouxe para a Presidência as suas crenças pessoais.

O nome mais simbólico desses cem dias não foi de nenhum ministro, como Paulo Guedes ou Sérgio Moro, nem mesmo do próprio presidente. Todas as tentativas de decifrar a “nova era” passam por Olavo de Carvalho, o guru do bolsonarismo e agora eminência parda do governo, capaz de encantar os filhos de Bolsonaro, de sentar-se no lugar de honra de um jantar para o presidente, de xingar o vice Hamilton Mourão e generais do governo. E mais: de nomear os ministros das Relações Exteriores e da Educação, grandes responsáveis pelo “mar revolto”.

É por excesso de ideologia que o MEC está como está, o Itamaraty refaz a história e promove dança de cadeiras, o vice, os generais e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, têm de consertar os erros com a China e o mundo árabe. E o que Bolsonaro ganha com isso? Nada além de dor de cabeça e apoio de quem já o apoia.

Um destaque nos cem dias é, inequivocamente, a desenvoltura dos três filhos mais velhos do presidente. Flávio recuou diante das confusões do motorista todo-poderoso. Eduardo arvorou-se chanceler e infiltrou sua turma por toda parte, até na Apex, como denuncia o embaixador Mário Vilalva, o segundo presidente do órgão a ser defenestrado em três meses.

Quanto a Carlos, que se refestelou no Rolls-Royce presidencial na posse: ele cuida da infantaria e da cavalaria da internet. A campanha acabou, mas o “menino” continua brincando de games contra inimigos de “esquerda”. Aparentemente, todo mundo que não é bolsonarista é de “esquerda”, “petista” ou “comunista”.

Intrigante é Bolsonaro querer “uma garotada que não se interesse por política”. Como assim? A política move o mundo. Aliás, seus três filhos são políticos e ele chegou a emancipar Carlos, aos 17 anos, para disputar um mandato e virar político. O que é bom para seus filhos não é bom para os filhos dos outros?

A grande aposta do presidente, porém, nada tem de ideológica: é a reforma da Previdência, que não é de esquerda, centro ou direita, nem mesmo do seu governo. É do País.

Até aqui, as previsões de crescimento da economia caem, mês a mês, enquanto o desemprego resiste, desesperador. Um sintoma de que a reforma vai ser aprovada e inverter essa tendência é a pergunta que passou a circular fortemente em Brasília: e

depois da reforma, como vai ficar o governo Bolsonaro? Taí, é uma boa pergunta.

Mais do que metas, a grande marca dos cem dias se resume a uma palavra: ideologia

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Aluno de ensino domiciliar terá de ir a escola se for reprovado

Educação. A regulamentação do homeschooling – proibido no País – era uma das metas para os primeiros cem dias de Bolsonaro; não há números oficiais, mas estima-se que hoje 7 mil famílias ensinem os filhos em casa. MEC ficará responsável por avaliações

BRASÍLIA

Projeto do governo prevê que alunos de educação domiciliar que forem reprovados por dois anos em avaliações oficiais terão de frequentar a escola. Estima-se que, hoje, 7 mil famílias ensinem os filhos em casa. A regulamentação do homeschooling era uma das metas para os primeiros cem dias da gestão Bolsonaro. A ideia inicial era legalizar a prática por meio de MP, mas o governo recuou.

Alunos de educação domiciliar que forem reprovados por dois anos em avaliações oficiais terão de voltar para a escola, de acordo com o projeto de lei elaborado pelo governo federal e divulgado ontem. A regulamentação do homeschooling – proibido no País – era uma das metas para os primeiros cem dias da gestão de Jair Bolsonaro. Não há números oficiais, mas estima-se que hoje 7 mil famílias ensinem os filhos em casa.

A ideia inicial era tornar legal a educação domiciliar por meio de medida provisória, mas o governo recuou e agora a mudança terá de ser aprovada pelo Congresso. Já há outros projetos semelhantes, até do filho do presidente Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). O homeschooling se tornou recentemente uma pauta da bancada cristã (evangélica e católica), atrelada à defesa do Escola sem Partido.

Muitos dos que aderem à prática são religiosos e compram materiais pela internet que ignoram o evolucionismo, como revelou o Estado. O projeto de lei prevê que os pais apresentem um “plano pedagógico individual” sobre o que ensinarão aos filhos em casa. “Isso tem de ser feito por especialistas, é um plano técnico e profissional. Não basta saber o que ensinar. E sim como ensinar”, diz a educadora e presidente do conselho do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Anna Helena Altenfelder.

Ela também critica o fato de não haver referências como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que traça os objetivos de aprendizagem definidos para cada ano escolar. Mas a avaliação proposta pelo projeto de lei cita a BNCC.

As provas aplicadas aos estudantes de homeschooling serão ainda definidas pelo Ministério da Educação (MEC), caso o projeto seja aprovado. Se tiver bom desempenho, o aluno receberá um certificado, que permitirá que ele participe de outras provas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O Estado havia adiantado em fevereiro que o governo pretendia avaliar as crianças que aprendessem em casa.

A perda da autorização também acontecerá para alunos que tiverem de fazer, por três anos consecutivos, provas de recuperação. Elas serão propostas para os que não forem aprovados nos primeiros exames, como uma segunda chance.

Preparado pelo Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, com apoio do MEC,

o texto prevê que famílias interessadas nessa forma de ensino tenham de fazer um registro em uma plataforma online. Para que a autorização seja concedida, serão exigidos, além do plano pedagógico, certidão de antecedentes criminais dos pais e uma declaração formal, optando pela educação domiciliar.

Opção dos pais. O projeto de lei deixa claro que passará a ser

uma opção dos pais “a educação escolar” ou “educação domiciliar”. Ele modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que exige matrícula na escola das crianças a partir dos 4 anos. Hoje, quem não coloca o filho no colégio pode ser acusado pelo crime de abandono intelectual.

Educadores se dizem preocupados com essa prerrogativa, pois hoje há cerca de 2 milhões de crianças fora da escola por

motivos como trabalho infantil, violência doméstica e moradia em lugares remotos. A cobrança para que essas crianças sejam matriculadas pode ser afrouxada, acreditam. “O projeto pode abrir brechas que prejudiquem as crianças que estão em condições mais vulneráveis”, completa Anna Helena.

Outra questão discutida é a falta de socialização causada pelo não ingresso na escola. O projeto cita o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para dizer que é “dever dos pais ou dos responsáveis legais que optarem pela educação domiciliar assegurar a convivência familiar e comunitária”. Mas não há informação sobre como isso será monitorado ou avaliado.

A ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos, Damares Alves, é uma das principais vozes em defesa do homeschooling no País. Ela também frequentemente pede que as famílias assumam mais a educação dos filhos e a escola não discuta temas como gênero e sexualidade.

A avaliação dos alunos em homeschooling acontece em alguns lugares nos Estados Unidos, país com o maior número de estudantes em casa. São 2 milhões. Especialistas internacionais dizem que a avaliação é importante para garantir a qualidade da educação.

Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o governo desistiu de fazer uma MP para “proteger as crianças”, já que ela poderia perder a validade antes de ser aprovada pelo Congresso. Para ele, haverá resistência da “esquerda” à aprovação, mas o projeto do governo pode ser apensado há outros que tramitam no Congresso e, assim, acelerado.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Prioridade para 7 mil em vez de trabalhar para 45 milhões

Renata Cafardo

Com 45 milhões de estudantes nas escolas brasileiras, o governo de Jair Bolsonaro

escolheu priorizar em seus primeiros cem dias o ensino em casa, praticado por cerca de 7 mil famílias. E o projeto de lei deixa claro que, se aprovado, os custos para credenciar os alunos e avaliá-los será do Ministério da Educação (MEC), apesar de ter sido elaborado pela pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos.

A preferência pelo tema, que soa absurda para muitos especialistas diante da quantidade de problemas nas escolas, tem explicação política. O homeschooling se tornou uma pauta da bancada evangélica, que ajudou a eleger Bolsonaro.

Isso porque o tema está ligado intimamente aos valores conservadores e à crítica à escola atual. Os mesmos deputados e senadores que lutam pela educação domiciliar também querem o Escola sem Partido, defendendo que colégios não discutam assuntos como sexualidade ou gênero.

Em casa, pais ensinam o que querem e como querem. Crianças e jovens perdem a primeira experiência de socialização e de contato com a diversidade. Fora isso, as pesquisas internacionais não chegam a um consenso sobre a qualidade da formação dos que estudaram em casa. Ao focar nessa política, o governo pode estar não só deixando de melhorar a aprendizagem de quem está na escola, como piorando a dos que saíram dela.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Alfabetização destaca método fônico e família

O governo voltou a destacar questões fônicas no decreto que instituiu ontem a Política Nacional de Alfabetização. Embora o termo “método fônico” não apareça, foram retomados pontos de uma minuta a qual o Estado teve acesso no dia 19 do mês passado. Nesta semana, a equipe do brigadeiro Ricardo Machado Vieira, ex-secretário executivo da Ministério da Educação (MEC), havia alterado o projeto, atendendo especialistas e reforçando a liberdade de uso de vários métodos.

Na disputa de poder no MEC, militares e técnicos se opuseram à proposta defendida pelo secretário de Alfabetização, Carlos Francisco de Paula Nadalim – um dos poucos mantidos desde o início da gestão. O decreto de ontem, porém, volta a apresentar como pilares “consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, vocabulário e compreensão de texto”. E se inclui a produção escrita.

Em seu artigo 3.º, o texto volta a incluir a família como um dos “agentes do processo de alfabetização” – surge ainda como “público-alvo” do texto.

Ler e escrever. A versão retificada do decreto afirmava que o processo de aprendizagem da leitura e escrita se daria nos dois primeiros anos do ensino fundamental – o que é considerado adequado nos países com melhores sistemas educacionais. Mas o texto final retomou “a priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental”.

O texto deixa claro que os Estados e municípios que aderirem à política receberão “assistência técnica e financeira” da União. Mas não indica de que maneira será essa prática.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Lista tríplice

Sob gritos de é golpe, UniRio elege reitor não aprovado pela comunidade acadêmica

Sob gritos de "é golpe" e "respeita o voto" e pedidos por "democracia", o colégio eleitoral da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) escolheu, ontem, o professor e biólogo Ricardo Silva Cardoso para ocupar a reitoria até 2023. Atual vice-reitor, ele teve 65 votos. Sua nomeação ainda depende da aprovação do presidente da República.

Cardoso não se submeteu à consulta eleitoral feita antes à comunidade acadêmica, que escolheu o professor e pedagogo Leonardo Villela de Castro para ocupar o cargo. A opção do colegiado —que tem autonomia para elaborar a lista tríplice a ser enviada ao governo federal, independentemente do resultado da votação entre alunos, professores e funcionários —causou revolta na plateia que acompanhou a votação, aberta.

Castro acabou na segunda colocação no colégio eleitoral (composto majoritariamente por professores), com 52 votos. Em terceiro lugar, ficou a professora e bióloga Claudia Aiub (20 votos) e, em último, o professor de Medicina e militar da Marinha Helton Setta—que também não passou pelo crivo da consulta à comunidade. Foram registradas duas abstenções e oito ausências.

Os três primeiros nomes da eleição de ontem, pela ordem, compõem a lista tríplice que será avaliada por Jair Bolsonaro, que pode escolher qualquer um deles para ser o futuro reitor. O mandato de Luiz Pedro San Gil Jutuca, à frente da UniRio desde 2015, termina em junho.

Esta é a primeira vez desde a redemocratização, em 1985, que um candidato é escolhido pelo colégio eleitoral da universidade sem passar pela consulta pública à comunidade acadêmica. No último pleito, quando concorreu como vice-reitor, Cardoso se submeteu à eleição mais ampla, na chapa do atual reitor. Jutuca, ao declarar o voto em Cardoso, foi reprimido com gritos de "golpista".

Ao entrar na sessão, Cardoso, que é membro do colégio eleitoral, foi recebido com uma intensa vaia e uma faixa onde se lia "abaixo a intervenção bolsonarista na universidade. Que a comunidade seja respeitada".

— Eu voto em mim mesmo, professor Ricardo Silva Cardoso —disse o candidato escolhido pelo colegiado, que é composto por 70% de docentes, 15% de servidores e 15% de estudantes.

Antes disso, Castro, que também faz parte do colégio, pediu que os outros dois candidatos que não se submeteram à comunidade "não tenham medo da democracia".

—Vou votar em mim mesmo, porque ganhei a consulta. E só por isso. Não só está se criando um problema sério por uma divisão política desnecessária, como estamos correndo um risco —disse o candidato escolhido pela comunidade acadêmica. —Peço a Ricardo Silva Cardoso e Helton Setta que não tenham medo da democracia. Não é nenhum ministro que tem que dizer o que temos que fazer.

Os representantes do Diretório Central dos Estudantes afirmaram ao votar que "não darão paz a interventor", em referência a Cardoso. No meio da votação, alguns

conselheiros mudaram sua opção para fazer "voto útil" em Claudia Aiub e impedir que o candidato Helton Setta compusesse a lista. Setores da universidade acusam Cardoso e Setta de não respeitar o estatuto da universidade ao se candidatar diretamente no colégio eleitoral.

REITOR DIZ SEGUIR NORMA

Após a decisão do colégio eleitoral, Cardoso afirmou que não se submeteu à consulta porque ainda não tinha um candidato a vice-reitor e, portanto, não poderia entrar na disputa. Como a professora cotada para compor a chapa era filiada ao PT, decidiu-se por sua substituição, segundo Cardoso, para não atrapalhar a nomeação por Bolsonaro. Eleito pelo colegiado, o professor disse que vai tentar acalmar os ânimos e agregar a comunidade acadêmica.

Questionado antes do início da sessão sobre a possibilidade de a UniRio ter um reitor que não se submeteu à consulta acadêmica, o atual reitor tergiversou:

— É muito relativo. Para o MEC, certamente não (seria negativo), pois o cumprimento da legislação é o que o governo espera. Para a comunidade, eu não saberia dizer — afirmou Jutuca.

Meu desafio será unir a universidade

ENTREVISTA

Ricardo Silva Cardoso,

INDICADO PELO COLÉGIO ELEITORAL

Indicado pelo colégio eleitoral da UniRio com 65 votos, mesmo sem ter participado da consulta à comunidade acadêmica, o professor Ricardo Silva Cardoso diz ter consciência de que terá trabalho para unir a comunidade em torno de sua gestão.

A comunidade reagiu à escolha do colégio eleitoral com gritos de "golpe". Como o senhor viu isso?

Perdi minha (candidata a) vice-reitora, ao descobrir que ela era filiada ao PT, o que seria um risco na hora da nomeação (pelo presidente Jair Bolsonaro). O bem maior é a UniRio, isso é o que as pessoas precisam entender. Outras chapas quiseram provar que sou uma pessoa de direita. Ora, todos conhecem minha trajetória. Estou seguro, sereno. Meu maior desafio será o de unir de novo a universidade.

Porque não se inscreveu na consulta à comunidade?

Para a inscrição na consulta, a comissão eleitoral colocou dois cargos, "o reitor e o vice-reitor". Eu estava sem vice, por isso não nos inscrevemos. E, sim, entendo que eles (outros candidatos) tinham que fazer esse movimento pela democracia. Mas acho que a poeira vai baixar, e as pessoas são sensatas. Não consigo imaginar algo diferente.

Membros da comunidade acadêmica dizem que não terão um reitor, e sim um "interventor". O que o senhor pensa sobre isso?

Não posso mudar o pensamento do outro. O que posso fazer é conversar e tentar mostrar (os fatos), mas, obviamente, cada um tem sua cabeça.

O senhor teme não ser nomeado por Bolsonaro?

Tudo pode acontecer. A gente entende que é um novo governo. Na minha trajetória como pesquisador, professor, não acho que há algum problema para que ele não me escolha. Mas, obviamente, isso cabe ao presidente.

Muitas pessoas atrelaram sua candidatura ao presidente. Há alinhamento com o governo?

O reitor, Luiz Pedro San Gil Jutuca, se encontrou com o presidente em Brasília. E tirou foto com ele. As pessoas não entendem que somos uma representação da nossa universidade, o presidente chama, e você não pode ter uma postura: "Não vou, não gosto, não votei nele...". Existe o Ricardo cidadão e o Ricardo que é vice-reitor da UniRio até junho.

Há quem diga que a tensão na eleição para reitor pode fragilizar a autonomia universitária.

Não acredito nisso. A universidade continua gratuita, tudo como sempre foi. Não vamos mudar. (P.F.)

‘Preferia ter perdido no voto

Entrevista

Leonardo Villela de Castro

ESCOLHIDO DA COMUNIDADE ACADÊMICA

O pedagogo Leonardo Villela de Castro foi escolhido reitor pela comunidade acadêmica, com 72% dos votos. Ele ganhou, mas não levou. Castro não será o indicado para encabeçar a lista tríplice enviada ao presidente, pois perdeu a votação no colégio eleitoral. Mas seu nome estará em segundo lugar e, na prática, ainda pode se tornar o próximo reitor.

O colégio eleitoral não referendou a consulta eleitoral. Qual é sua opinião?

O processo permitia candidaturas que viessem para o colégio eleitoral sem passar pela consulta. Mas a vitória do professor Cardoso poderia até acontecer no processo eleitoral, se ele tivesse participado. Ele está há muitos anos na instituição e é conhecido em todos os campi. É lamentável o fato de ele ter desprestigiado o próprio rito da instituição. Lamento essa postura dele.

O que essa eleição significa no cenário atual?

Uma subserviência ao poder central que feriu o princípio da autonomia universitária. Acho que o presidente vai acabar indicando o professor Ricardo, mas, internamente, isso não vai ser muito fácil. Principalmente porque acho que ele vai trazer as políticas do governo para cá.

Mas o senhor acredita que seria nomeado pelo presidente?

Tenho certeza de que ele não me indicaria para reitor justamente pela minha militância.

Cardoso afirmou que pretende unir a comunidade. Acha isso possível?

Acabamos de viver um momento de estresse emocional muito intenso. Temos que esperar a poeira baixar, mas é óbvio que esse diálogo terá que existir, afinal, somos todos colegas de trabalho. Se ele não fizer isso, vai ser muito ruim para ele. Nós estamos abertos.

O senhor pretende questionar legalmente o resultado do colégio eleitoral?
A priori, não. Não considero que a Justiça seja o melhor caminho. Sou um defensor intransigente da autonomia universitária, então acho que temos que resolver aqui mesmo os nossos problemas. Ganhar, mas não levar, é chato, mas já trabalhávamos com essa possibilidade. É um desrespeito à comunidade. Por isso, preferia ter perdido para o professor Ricardo no voto.

Ele afirmou que não participou da consulta porque não tinha um candidato a vice-reitor...

Ele não tomou nenhuma iniciativa em relação a isso. Não procurou a comissão eleitoral, as outras chapas que estavam se inscrevendo. A gente podia ter negociado, fazer a inscrição sem o vice, e ele o indicava depois. (P.F.)

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

**Educação domiciliar vira projeto de lei do governo
Prioridade do Ministério da Família, homeschooling seria regulamentado via
medida provisória; novo texto prevê que, mesmo reprovado em avaliação do MEC,
estudante poderá continuar a ter aulas em casa**

BRASÍLIA

Meta prioritária de Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para os primeiros cem dias da gestão Bolsonaro, a educação domiciliar, hoje proibida pelo Supremo Tribunal Federal, não será mais regulamentada por medida provisória. O governo desistiu do texto já em elaboração e o substituiu por um projeto de lei a ser enviado à Câmara.

A mudança, segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, foi para evitar que o governo sofresse uma derrota com a derrubada da MP no Congresso, já que o tema encontra resistência, principalmente entre os partidos de esquerda.

— Uma proposta como as famílias educarem seus filhos vai ter grandes obstáculos. Nós acreditamos que (o projeto de lei) vai ser aprovado, mas bota uma MP com todos os artifícios regimentais (...) e, se ela caduca, cai por decurso de prazo? E as famílias que optaram por esse método? E as crianças que, afinal, são o que há de mais importante? Elas vão ficar sem salvaguarda? Elas vão perder aquele ano escolar?—disse o ministro.

O projeto de lei estabelece uma avaliação anual, a cargo do Ministério da Educação (MEC), para atestar os conhecimentos do estudante. Mas os pais perderão o direito de educar os filhos em casa apenas quando eles forem reprovados por dois anos seguidos. Além disso, os estudantes terão direito a provas de recuperação.

CRIMES HEDIONDOS

A avaliação terá como base os conteúdos do ano equivalente ao que o aluno estaria cursando na escola. Se o estudante não puder comparecer, os pais deverão justificar a ausência. Nesses casos, será feita uma segunda avaliação. Se o estudante tiver nota insatisfatória na avaliação, ele terá a oportunidade de fazer uma prova de recuperação, para a qual também será possível justificar a ausência e marcar nova data.

Além da reprovação em dois anos seguidos, o ensino domiciliar será vetado em caso de

três reprovações não consecutivas. Se o aluno não comparecer injustificadamente na data marcada para a avaliação, ele também não poderá mais cursar o ensino domiciliar.

O texto diz ainda que as avaliações serão aplicadas a partir do 2º ano do ensino fundamental, de preferência em outubro. O MEC também poderá cobrar taxas para custeá-las e estabelecer as hipóteses de isenção de pagamento. E os pais poderão escolher instituições públicas e privadas para oferecer outras avaliações ao longo do ano letivo.

O ensino familiar será proibido a pais que estejam cumprindo penas por crimes hediondos, sexuais, violência doméstica e delitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na lei de drogas. A lei de crimes hediondos lista delitos como estupro, exploração sexual de criança ou adolescente, tortura e terrorismo.

A regulamentação estabelece, de forma breve, que os pais devem "assegurar a convivência familiar e comunitária" aos filhos — ponto crítico para educadores que condenam a prática do homeschooling.

O projeto ainda assegura às crianças e adolescentes em educação domiciliar a participação em concursos, competições, avaliações nacionais do MEC, avaliações internacionais, eventos pedagógicos, esportivos e culturais.

No texto que estava sendo elaborado como medida provisória, havia a possibilidade de terceirizar a "associações" e "organizações de educação domiciliar" as tarefas de cadastrar os estudantes e acompanhar seus resultados nas avaliações oficiais. As entidades seriam responsáveis pela "divulgação de guias de boas práticas para as famílias educadoras" Esse trecho não aparece mais no projeto de lei.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Alfabetização vai incluir abordagem fônica

O Ministério da Educação (MEC) informou ontem que manterá o método fônico no decreto que cria o Plano Nacional de Alfabetização (PNA). No entanto, negou que essa abordagem será a única a ser sugerida às redes públicas de ensino que aderirem ao programa.

A minuta do decreto, vazada à imprensa há cerca um mês, previa que apenas o método fônico (que relaciona sons a letras para depois partir para a leitura) seria priorizado na nova política.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6208765/alfabetizacao-vai-incluir-abordagem-fonica>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL

Ensino domiciliar será examinado em projeto de lei

O projeto de ensino domiciliar constava nas metas dos 100 dias de governo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que coordenou a formulação da proposta, em conjunto com técnicos do Ministério da Educação. O PL assinado por Bolsonaro prevê que o estudante matriculado em educação domiciliar será submetido, para fins de certificação da aprendizagem, a uma avaliação anual sob a gestão do Ministério da Educação. "As avaliações anuais serão aplicadas a partir do 2º ano do

ensino fundamental, preferencialmente no mês de outubro", diz o texto.

Em setembro do ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, por não haver lei regulamentando a prática, os pais não podem tirar os filhos da escola para ensiná-los em casa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6208737/ensino-domiciliar-sera-examinado-em-projeto-de-lei>

topo ↕

VEJA - SP - BRASIL

Ministério em transe

Sai Vélez, entra Weintraub, e a turma dos olavetes canta vitória. Enquanto isso, os rumos para a maltratada educação do país continuam a ser um mistério

A bolsa de apostas para a sucessão de Ricardo Vélez Rodríguez, o ministro da Educação desenganado pelo próprio presidente da República, produzia a cada instante um novo nome. Nenhum deles vingou, em razão de uma premissa equivocada — a de que a turma de Olavo de Carvalho, o guru da extrema direita, havia sido nocauteada depois da ascensão do tenente-brigadeiro Ricardo Machado, ungido ao posto de número 2 do MEC pela alta cúpula militar. Nos corredores, os olavetes bem que avisavam que tinham perdido um round mas não a luta. Eis que, por meio de um fiel escudeiro do guru, Filipe Martins, assessor especial para assuntos internacionais, chegou às mãos do presidente Jair Bolsonaro uma lista tríplice com nomes para ocupar o cargo: Eduardo Melo, ex-tenente da Marinha e atual diretor da TV Escola; Carlos Nadalim, atual secretário de Alfabetização; e o economista Abraham Weintraub, secretário executivo da Casa Civil, chefiada por Onyx Lorenzoni. No sábado 6, Weintraub foi o escolhido para comandar o feudo que, até aqui, vem produzindo uma mistura de ideologia, desgoverno e paralisia em doses constrangedoramente excessivas.

O novo responsável por um orçamento de 122 bilhões de reais tomou posse na terça-feira 9, no Palácio do Planalto. Weintraub enfatizou que quer “pacificar” o ministério — este, aliás, verbo muito usado para referir-se à necessidade de trégua em uma pasta fatiada entre várias correntes. Em discurso de cinco minutos, achou necessário declarar: “Não sou uma pessoa radical”. De educação, nada falou. Às 17h30, seguiu para o auditório do MEC para receber o cargo de Vélez. Quando a palavra foi dada ao ex-ministro, ele se estendeu por meia hora em uma calorosa defesa da sua conturbada gestão. “Está tudo funcionando muito bem”, disse, para, em ato atípico, pedir o apoio das massas na plateia. Aos funcionários, perguntou: “Alguém está vendo baderna por aqui? Não, né?”. Arrancou aplausos. Weintraub manteve um ar discretamente contrariado.

Aos 47 anos, paulista, casado e pai de dois filhos, Weintraub passou de completo desconhecido dos brasileiros à condição de ministro mais pesquisado no Google — oito vezes mais que o até então campeão Sergio Moro, da Justiça. Na corte bolsonarista, Weintraub (pronuncia-se o w como v) circula desde 2017, quando Lorenzoni esbarrou com ele e o irmão Arthur, de 42 anos, hoje assessor especial da Presidência, em um seminário no Congresso. Entusiasmado com a conversa, Weintraub arranjou um encontro com o deputado Bolsonaro, em Brasília. Era para ser coisa rápida, mas acabou durando duas horas. E os irmãos Weintraub entraram no barco de JB, como o novo ministro costuma se referir ao chefe. Especializados em Previdência, miravam a

economia. A área, porém, foi ocupada por Paulo Guedes, que desaprovou as ideias da dupla. Aí foi cada Weintraub para um canto do governo. A subida do primogênito ao MEC deixou em Lorenzoni o sabor da vitória. “Ele sempre quis fincar os pés lá”, diz uma testemunha das artimanhas de Lorenzoni.

Profundo conhecedor do olavismo, Weintraub recebeu rasgados elogios do guru. “Vélez era pseudo-olavete. Weintraub é olavete para valer”, comparou Olavo de Carvalho em uma entrevista. Em dezembro de 2018, foi a vez de o agora ministro sair em defesa aberta das teorias de Olavo na Cúpula Conservadora das Américas, em Foz do Iguaçu. Eduardo Bolsonaro estava lá e, àquela altura, o economista e o Zero Três já tinham laço estreito. Adaptando os ensinamentos olavistas à política, Weintraub disse então: “Dá para ganhar deles (comunistas)”. E prosseguiu: “Quando ele (um comunista) chegar para você com o papo nhoim- nhoim, xinga”. Weintraub ainda expôs uma estratégia que usava como professor universitário. No fim da lição, mostrava imagens de Fidel Castro, seu “garoto-propaganda”. “Playboy gosta de roupa de grife. (...) Fidel usa Lacoste, Puma, Adidas.” Essas e outras afirmações do homem que diz que não é radical acenderam entre especialistas o medo de uma reprise da novela Vélez, com novo colorido. “A educação deve ser prioridade. Não dá para cometer os mesmos erros”, alertou Priscila Cruz, presidente da ONG Todos pela Educação, no lançamento de uma frente parlamentar no Congresso Nacional para tentar destravar pautas adiadas pela inação do MEC.

O único elo de Weintraub com sua nova pasta é a carreira de cinco anos como professor de economia na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), da qual se licenciou para integrar o time da transição do governo. Antes disso, ele trabalhou quase duas décadas no Banco Votorantim. Escalou de office-boy a economista-chefe e diretor. “É uma pessoa incisiva, de ideias muito claras sobre o que quer. Não teme a polêmica e tem alta capacidade de gestão”, define um ex-colega de banco. Em uma troca de poder no grupo, Weintraub foi demitido, conseguiu emprego em uma corretora, depois se bandeou para a academia. Sobre as universidades federais, apresenta ideias muito próprias. “Ele costuma dizer: quando o governo dá dinheiro a essas instituições, está alimentando a esquerda do PT, do PCdoB”, conta um colega de Esplanada. Suas declarações causaram espanto ao deputado estadual petista Paulo Fiorilo, que em 2016 recebeu 3 000 reais de Weintraub para sua campanha. “Fiquei surpreso quando ele disse que só vota no PT quem não sabe ler nem escrever”, diz Fiorilo. Afinal, se quem vota é analfabeto, quem dá dinheiro, então, seria o quê?

Na Unifesp, Weintraub meteu-se em vários embates de cunho ideológico. Escreveu em 2017 uma nota com o irmão em resposta ao repúdio do Centro Acadêmico ao vínculo dos dois com Bolsonaro. Os alunos de economia “puxam a média do câmpus para baixo” e “esperam ansiosamente pela ditadura do proletariado”, dispararam. Nas redes sociais, uma estudante a quem ele decidiu processar tratou de revolver um episódio do qual o ministro não gosta de falar: em 2011, os irmãos entraram com uma ação na Justiça contra o próprio pai, o psiquiatra Mauro Salomão Weintraub, alegando que ele havia doado todos os bens à segunda mulher, vinte anos mais jovem. A dupla pede que a doação seja anulada porque o patriarca não reservou a eles os 50% determinados por lei. O psiquiatra cita má-fé por parte de Arthur e Abraham e garante que já deu o quinhão do patrimônio que lhes cabe. A VEJA, foi categórico: “Não vou falar sobre esse assunto”. O advogado dos filhos também não quis se pronunciar. No processo contra a estudante, o hoje ministro deu o seu lado: disse que a ação, na verdade, tinha o

propósito de proteger o pai.

Nas primeiras horas à frente do MEC, Weintraub demitiu secretários de Vélez (o único que ficou foi o olavete Nadalim, da Alfabetização) e ocupou rapidamente cadeiras que estavam vazias. Em uma conversa vazada, deixou escapar que quer um levantamento do “perfil” dos colaboradores atuais e demitidos ligados a Olavo de Carvalho. O saldo até agora chama atenção por duas razões: 1) o novo secretariado tem predominantemente formação em economia e administração de empresas; e 2) o brigadeiro Ricardo Machado foi removido do cargo de número 2, um baque para a ala militar, que cantara vitória dias antes. Entre seus componentes, o combinado é recuar por ora, para esperar a poeira baixar. E a educação, hein?

Com reportagem de João Batista Jr.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Inscrições para o doutorado em Letras

As inscrições para o Doutorado Interinstitucional (Dinter) em Letras encerram hoje. O Programa é promovido pela Universidade de São Paulo (USP), por meio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e a Universidade Estadual do Piauí (Uespi), junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística. O valor da inscrição é de R\$ 80,00. O Dinter tem como objetivo viabilizar a formação, em nível de doutorado, dos docentes dos cursos de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual do Piauí. Ao todo estão sendo ofertadas 15 vagas. As inscrições são feitas exclusivamente on-line, por meio do preenchimento do formulário de inscrição.

Ao inscrever-se, o candidato deverá, no requerimento de inscrição, indicar a linha de pesquisa em que deseja se inscrever. O processo seletivo constará obrigatoriamente de quatro fases, todas eliminatórias. Sendo elas: prova de proficiência em idioma estrangeiro; prova escrita dissertativa de conhecimentos específicos em linguística; análise do projeto de pesquisa; e arguição do projeto de pesquisa. Segundo a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação, Ailma Nascimento, o Dinter USP/Uespi em Letras é importante porque contribuirá para a excelência dos nossos cursos e para consolidação de programas e grupos de pesquisas na Uespi.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Decreto do governo federal sobre alfabetização destaca método fônico e família

O decreto desta quinta volta a apresentar como pilares “consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, vocabulário e compreensão de texto”

O governo voltou a destacar questões fônicas no decreto que instituiu nesta quinta-feira, 11, a Política Nacional de Alfabetização. Embora o termo “método fônico” não apareça, foram retomados pontos de uma minuta a qual o Estado teve acesso no dia 19 do mês passado. Nesta semana, a equipe do brigadeiro Ricardo Machado Vieira, ex-secretário executivo do Ministério da Educação (MEC), havia alterado o projeto, atendendo especialistas e reforçando a liberdade de uso de vários métodos.

General vai compor equipe do alto escalão do MEC

O texto deixa claro que os Estados e municípios que aderirem à política receberão “assistência técnica e financeira” da União Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Na disputa de poder no MEC, militares e técnicos se opuseram à proposta defendida pelo secretário de Alfabetização, Carlos Francisco de Paula Nadalim - um dos poucos mantidos desde o início da gestão. O decreto desta quinta, porém, volta a apresentar como pilares “consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, vocabulário e compreensão de texto”. E se inclui a produção escrita.

Em seu artigo 3.º, o texto volta a incluir a família como um dos “agentes do processo de alfabetização” - surge ainda como “público-alvo” do texto.

Ler e escrever

A versão retificada do decreto afirmava que o processo de aprendizagem da leitura e escrita se daria nos dois primeiros anos do ensino fundamental - o que é considerado adequado nos países com melhores sistemas educacionais. Mas o texto final retomou “a priorização da alfabetização no primeiro ano do ensino fundamental”.

O texto deixa claro que os Estados e municípios que aderirem à política receberão “assistência técnica e financeira” da União. Mas não indica de que maneira será essa prática.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Decreto de alfabetização mantém foco em método fônico

Secretário de Alfabetização reverte mudanças que haviam sido feitas no texto

Brasília

O decreto da nova Política Nacional de Alfabetização do governo Jair Bolsonaro (PSL) manteve o foco no chamado método fônico, alvo de críticas. O texto inicial havia sido alterado nos últimos dias, com anuência de secretários de Educação, mas a versão final teve nova redação.

O tema é uma das metas do governo para seus cem primeiros dias. Bolsonaro assinou o decreto em cerimônia na manhã de quinta-feira (11), que foi publicado à noite em edição extra do Diário Oficial da União.

O decreto mantém a previsão —expressa em uma primeira versão, de março— de que programas e ações deverão ser fundamentados nos pilares: consciência fonêmica, instrução fônica sistemática, fluência em leitura oral, vocabulário e compreensão de texto. A nova redação inclui a produção de escrita como um sexto pilar.

Em nota, o MEC (Ministério da Educação) defende que o decreto “não determina nenhum método especificamente”, o que a comparação entre as versões obtidas pela Folha não corrobora.

Especialistas e secretários de Educação defendem que o MEC não deve impor uma única pedagogia e condicionar sua adoção à assistência técnica e financeira federal. Além disso, há discussões sobre a necessidade de conciliar diferentes metodologias de ensino e respeitar a autonomia das redes.

Após má repercussão com a primeira minuta, de março, integrantes do MEC liderados pelo ex-secretário executivo, brigadeiro Ricardo Machado, construíram uma nova versão, validada com representantes das secretarias municipais e estaduais (Undime e Consed, respectivamente) e do Conselho Nacional de Educação. Este texto abria o leque

para "metodologias", conforme texto obtido pela Folha.

Para que não houvesse vazamento, Machado levou o material à Casa Civil pessoalmente, e em papel. Entusiasta do método fônico, o secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, foi à Casa Civil nesta semana para reverter o texto —e conseguiu.

A segunda versão, levada pelo brigadeiro, falava em uma política "baseada em metodologias com evidências científicas". Na redação final, o trecho foi alterado para "baseada em evidências científicas". Também foi excluído, no capítulo sobre implementação, a necessidade de "apoio ao desenvolvimento de múltiplas metodologias".

A nova política ainda mantém a priorização da alfabetização no 1º ano do ensino fundamental, e adianta as ações para a "primeira infância" (o que inclui crianças da creche, entre 0 e 3 anos) --há educadores que criticam a escolarização precoce. Na versão anterior, as atividades seriam focadas a partir da pré-escola (de 4 e 5 anos), com prioridade até o 2º ano do ensino fundamental.

A Base Nacional Comum Curricular, que prevê o que os alunos devem aprender, indica que a alfabetização deve ocorrer até o 2º ano. O documento tem sido implementado em todo país desde o ano passado.

O presidente da Undime, Alessio Lima, se mostrou surpreendido com a mudança do texto, cuja segunda versão havia sido acordada com as entidades. "Há uma inconsistência legal de focar a alfabetização no 1º ano, já tem resolução da Base que indica a alfabetização até o 2º ano".

Escolas municipais concentram a maioria das matrículas na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

O decreto ainda excluiu a própria menção à Base, que estava presente na segunda versão. No lugar, há apenas a previsão de "orientações curriculares e metas claras e objetivas". O grupo mais ideológico dentro do MEC, ligado ao escritor Olavo de Carvalho —como Nadalim—, faz oposição à Base.

O decreto coloca como meta de alfabetização o 3º ano do ensino fundamental, como define o PNE (Plano Nacional de Educação).

A adesão dos entes federados aos programas e às ações da política de alfabetização será voluntária, como de costume em programas federais de educação. O MEC finaliza um caderno que explicará as diretrizes, os princípios e os objetivos do programa.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Entenda quem são os olavetes citados em conversa do novo ministro da Educação
Em encontro fechado com membros da pasta, Abraham Weintraub falou em sabotagem e exigiu o fim de vazamentos à imprensa**

RIO - Em conversa privada com membros da pasta, o novo ministro da Educação, Abraham Weintraub, exigiu o fim de "vazamentos" à imprensa e o que chama de "sabotagem". Conversando com o secretário nacional de Alfabetização, Carlos Nadalim, ele tentava levantar o perfil de colaboradores atuais e de demitidos do ministério, todos

ligados ao ideólogo de direita Olavo de Carvalho. Entenda quem são os envolvidos na conversa.

Carlos Nadalim (interlocutor)

É secretário nacional de Alfabetização e ex-aluno de Olavo de Carvalho.

Em meio à troca de ministros, com a saída de Ricardo Vélez Rodríguez e a chegada de Abraham Weintraub, está nas mãos de Nadalim o único projeto do MEC para os cem primeiros dias da gestão Bolsonaro: a Política Nacional de Alfabetização .

A ênfase no método fônico , um dos pontos centrais para Nadalim e criticado por educadores, que não apoiam a imposição de uma única metodologia, teria sido um dos termos retirados.

Método fônico (ou fonético) é uma metodologia de alfabetização focada na associação entre um símbolo (a letra, ou grafema) e seu som (o fonema). A criança aprende a reconhecer o som de cada letra para, a partir daí, ser capaz de combiná-las para formar sílabas e palavras.

Bruna Luiza Becker

Assessora especial do ministro da Educação, ela tomou posse no dia 30 de janeiro. Foi designada por Vélez para exercer o cargo de substituta na chefia da assessoria internacional do gabinete do ministro, no dia 12 de fevereiro. Depois, acabou dispensada deste cargo, mas continuou como assessora especial da pasta.

Em publicação feita em sua conta pessoal de Facebook no início deste ano, Bruna escreveu "aqueles ministros Olavetes que você respeita", ao comentar foto em que posava entre Damares Alves (ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos), Vélez (então ministro da Educação) e Ernesto Araújo (ministro das Relações Exteriores).

Ela, no entanto, foi apontada pela imprensa como articuladora de um movimento contra Vélez, mais alinhado aos militares do que aos "olavetes". A disputa entre as alas ideológica e militar na pasta começou quando o então ministro decidiu tirar de cargos estratégicos os seguidores de Olavo.

Bruna é próxima do assessor internacional do presidente, Filipe Martins, também "olavete". Em um texto de 2017, ela exalta Olavo de Carvalho, que chama de "professor".

"Temos alguém que estudou por décadas, cometeu tropeços no caminho, e depois fez um roteiro minuciosamente explicado para nos ajudar a evitar os mesmos erros. Esse alguém é o professor Olavo e esse roteiro é o COF", escreveu a agora assessora especial do MEC, em referência ao curso on-line de Filosofia ministrado pelo ideólogo de direita.

Eduardo Melo

Militar da reserva e religioso, era adjunto da Secretaria Executiva do MEC e foi um dos primeiros a serem demitidos na crise na pasta, no dia 11 de março.

Com a queda iminente de Vélz, ex-alunos de Olavo de Carvalho começaram uma campanha em defesa de Eduardo Melo, para que ele ocupasse o cargo de ministro.

Melo, no entanto, foi exonerado da pasta e assumiu o cargo de diretor-geral adjunto da TV Escola. Ali, estaria construindo um novo reduto de "olavetes". O grupo ligado ao ideólogo de direita ainda defende o retorno de Melo ao posto de secretário-adjunto executivo do ministério.

Eduardo Sallenave

Graduado em História pela Universidade de Brasília (UnB), era professor desta disciplina no Instituto Federal de Brasília. Também atuava como youtuber em um canal dando cursos de Gramática. Em janeiro passado, saltou do cargo de professor do ensino básico para assessor especial do gabinete do ministro.

Antes disso, em 2015, causou alvoroço, então com 27 anos, durante as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, ao ostentar uma faixa com os dizeres: "Chega de doutrinação marxista. Basta de Paulo Freire". Naquele ano, em seu perfil no Facebook, chegou a escrever "Pedagogia do Oprimido = coitadismo e doutrinação marxista fulera; não recomendo nem para o meu cachorro".

Além dos posts de Facebook, ele também escrevia para o blog Puggina.org, que se define como um grupo de "conservadores e liberais".

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Projeto de ensino domiciliar do governo frustra setor, que esperava MP

A Aned (Associação Nacional do Ensino Domiciliar) lamentou que o governo Bolsonaro tenha decidido liberar o chamado homeschooling por meio de um projeto de lei. O texto foi divulgado nesta quinta-feira (11) pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos como uma das metas atingidas pelo Executivo nos primeiros 100 dias de gestão.

A entidade esperava que o ensino domiciliar fosse regulado com uma Medida Provisória (MP), porque passaria a ter validade imediata, ainda que tivesse que ser aprovada posteriormente no Congresso. O projeto de lei só entrará em vigor se e quando passar pelo Legislativo.

"Temos urgência. São centenas de famílias denunciadas, processadas. Famílias que estão sendo massacradas, humilhadas nas salas de tribunais pelo Brasil, porque estão em uma situação de limbo jurídico", afirma Ricardo Dias, presidente da Aned.

A instituição estimou que havia, em 2018, cerca de 7,5 mil famílias educando 15 mil crianças e adolescentes em casa no Brasil. Mais de cem processos, segundo Dais, foram abertos contra pais ou responsáveis adeptos do homeschooling depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em setembro do ano passado, não reconhecer a validade do ensino domiciliar. A insegurança jurídica para estes casos acabará se o projeto do governo for aprovado.

"Parecia que os promotores e juízes estavam como aqueles corredores, que ficam no grid de largada, esperando só o tiro, o sinal, para sair correndo atrás. No outro dia [logo

após o resultado no STF] já tinha família recebendo intimação", afirma o dirigente.

Sobre o projeto anunciado nesta quinta pelo Executivo, Dias diz ainda não ter avaliado detalhes. A proposta determina que os alunos do ensino básico sejam avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) uma vez por ano e obriga as famílias a apresentarem um "plano pedagógico individual", que deverá ser aprovado pelo MEC e atualizado periodicamente pelos familiares do aluno.

Dias considera vaga a definição de plano pedagógico individual, mas não vê problemas na obrigação de avaliação periódica. "Nossos alunos já têm desempenho muito bom nas avaliações do governo, em geral", afirma.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC diz que política de alfabetização vai seguir meta de alfabetizar crianças até 3º ano do fundamental

Em nota divulgada na noite desta quinta, pasta não mostrou o decreto assinado de manhã por Bolsonaro, mas indicou que a nova política não vai determinar nenhum método especificamente.

O Ministério da Educação afirmou, pouco antes das 20h desta quinta-feira (11), que a nova Política Nacional de Alfabetização (PNA) será "baseada em evidências científicas" e terá como objetivo atingir a meta do Plano Nacional da Educação (PNE) que determina às escolas "alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental".

Pouco antes das 22h, o governo publicou edição extra do "Diário Oficial da União" com o decreto da PNA. Nela, uma das diretrizes estabelece a "priorização" a alfabetização das crianças já no primeiro ano do ensino fundamental, e reformar o ensino infantil para incluir mais espaço para atividades de pré-alfabetização.

Na semana passada, o G1 mostrou que um rascunho da política, elaborado no MEC e que chegou até a Casa Civil, indicava que a pasta estudava definir essa priorização.

Segundo as informações divulgadas pelo MEC ao G1 na noite desta quinta, a mudança passa a levar em conta determinação do PNE, aprovado em 2014 e com vigência até 2024. Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em dezembro de 2017, diz que a alfabetização deve ser "o foco" durante os dois primeiros anos do fundamental, mas não chega a estipular um prazo máximo ou mínimo de conclusão do ciclo.

A pasta não divulgou o documento assinado pelo presidente Jair Bolsonaro na manhã desta quinta, durante a cerimônia que marcou os 100 dias do novo governo, e não especificou nenhum dos objetivos da política. "O decreto que institui a política será oficializado com a publicação no Diário Oficial da União", afirmou o ministério, que não informou quando isso aconteceria.

"A principal mudança trazida pela Política Nacional de Alfabetização é a fundamentação de novos programas e ações em evidências das ciências cognitivas, como foi feito em diversos países que melhoraram a qualidade da alfabetização, como Portugal, França, Reino Unido, EUA e Finlândia", diz o MEC.

Nenhum método determinado

Na nota, o MEC afirmou que "a PNA não determina nenhum método especificamente" e que as redes poderão aderir ou não à nova política, mas não mostrou o texto que foi incluído no decreto para orientar as redes sobre como elaborar os projetos pedagógicos das turmas de alfabetização.

Outras mudanças em relação ao rascunho que vazou para a imprensa na semana passada é que, segundo o MEC, a ideia é promover ações não só para alfabetizar as crianças, mas também para reduzir o analfabetismo de adultos.

A pasta mais uma vez citou o PNE e a meta relacionada ao tema, que é "elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional".

No rascunho anterior, a ideia era chegar a zero o número de pessoas com mais de 15 anos analfabetas no país, inclusive as analfabetas funcionais, ou seja, quem sabe ler e escrever, mas tem dificuldade de compreender e interpretar textos.

Segundo o Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) de 2018, três em cada dez brasileiros entre 15 e 64 anos eram considerados analfabetos funcionais.

Leia abaixo a íntegra da nota divulgada pelo MEC:

"Hoje, no Palácio do Planalto, ocorreu o lançamento do decreto que institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Essa política implementará programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com o objetivo de melhorar os níveis de alfabetização no país com vistas a atingir as metas 5 e 9 do Plano Nacional da Educação (PNE).

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3o ano do ensino fundamental.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

A principal mudança trazida pela Política Nacional de Alfabetização é a fundamentação de novos programas e ações em evidências das ciências cognitivas, como foi feito em diversos países que melhoraram a qualidade da alfabetização, como Portugal, França, Reino Unido, EUA e Finlândia. A PNA pretende inserir o Brasil em um rol de países que escolheram a ciência como fundamento na elaboração de suas políticas públicas de alfabetização, trazendo os avanços das ciências cognitivas para a sala de aula. A ciência cognitiva da leitura, como um domínio das ciências cognitivas, apresenta um conjunto vigoroso de evidências sobre como as pessoas aprendem a ler e a escrever e quais são os melhores modos de ensiná-las.

A PNA não determina nenhum método especificamente. A adesão dos entes federados aos programas e às ações da PNA será voluntária. O MEC está finalizando um caderno

que explicará as diretrizes, os princípios e os objetivos da PNA.

O decreto que institui a política será oficializado com a publicação no Diário Oficial da União."

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Ensino domiciliar: pais devem apresentar plano pedagógico a cada ano

O governo federal anunciou nesta quinta-feira (11/4) regras que deverão vigorar no âmbito da educação domiciliar, caso seja aprovado projeto de lei (PL) sobre o assunto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo o PL, a opção por esse modelo de ensino terá que ser comunicada pelos pais do estudante, ou pelos responsáveis legais deste, em uma plataforma virtual do Ministério da Educação (MEC).

Além de comprovar o vínculo com o aluno, os pais ou responsáveis pelo estudante ficam encarregados de apresentar um plano pedagógico individual, detalhando a forma como as aulas serão conduzidas. A orientação do ministério é que o cadastro seja efetuado no sistema de dezembro a fevereiro, preferencialmente.

De acordo com o MEC, o cadastro deverá ser renovado a cada ano. Também a cada ano, os pais ou responsáveis pelo estudante precisarão apresentar um plano pedagógico correspondente ao novo ano letivo. Somente depois de a documentação e o plano serem analisados é que o MEC irá gerar para o estudante uma matrícula que ateste a opção pela modalidade de educação domiciliar.

O ministério informou que os termos do cadastramento serão divulgados em regulamento próprio. No documento apresentado nesta quinta-feira, o governo destaca que, enquanto a plataforma virtual ainda não estiver disponível, as famílias têm assegurado o direito de exercer a educação domiciliar. A previsão é de que a página eletrônica fique pronta no prazo de até 150 dias contados a partir da publicação da lei.

Avaliação

A proposta encaminhada ao Congresso Nacional exige que o estudante matriculado em educação domiciliar seja submetido a provas para aferir se ele está, de fato, assimilando o conteúdo transmitido em casa. A avaliação deve ocorrer a partir do 2º ano do ensino fundamental, uma vez ao ano, preferencialmente em outubro.

A elaboração e gestão da prova ficarão a cargo do MEC, que emitirá, posteriormente, um calendário em que informará a data. O teste terá um custo, mas o governo antecipou que condições de isenção de pagamento para famílias de baixa renda serão estabelecidas.

A certificação da aprendizagem, obtida quando o desempenho do estudante for considerado satisfatório, terá como base os conteúdos programáticos referentes ao ano escolar correspondente à idade do estudante, conforme a Base Nacional Comum Curricular. No projeto de lei, considera-se a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, nos termos do disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Conforme as diretrizes do projeto de lei, os pais ou os responsáveis legais perderão o exercício do direito à opção pela educação domiciliar em quatro situações: quando o estudante for reprovado por dois anos consecutivos, nas avaliações anuais e nas provas

de recuperação; quando o estudante for reprovado, em três anos não consecutivos, nas avaliações anuais e nas recuperações; quando o aluno faltar à avaliação anual e não justificar sua ausência; ou enquanto não for renovado o cadastramento anual na plataforma virtual.

Quanto à convivência com outras crianças e adolescentes, um dos aspectos questionados por críticos à modalidade de ensino domiciliar, o governo ressalta que é dever dos pais ou dos responsáveis legais assegurá-la. O PL estabelece também que caberá a eles monitorar, de forma permanente, o desenvolvimento do estudante, seguindo as orientações nacionais curriculares.

ARAGUAÍNA NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Lançada a primeira chamada do Programa Ciência na Escola

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançam chamada de seleção de projetos que visem ao aprimoramento do ensino de ciências na educação básica. A chamada é a primeira iniciativa no âmbito do Programa Ciência na Escola, que será lançado ainda neste mês de Abril.

Está previsto um investimento total de R\$ 10 milhões em projetos que versem sobre o ensino de qualquer uma das disciplinas que fazem parte do currículo escolar dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O objetivo é privilegiar o letramento científico, o uso de abordagens investigativas e de metodologias ativas de ensino, a aproximação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) com as escolas públicas, a disseminação dos métodos científicos das diferentes áreas do conhecimento, a integração entre as disciplinas e o despertar da vocação dos alunos e professores da educação básica para as carreiras científicas.

Segundo o Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do Ministério, Marcelo Morales, essa ação é fundamental para cumprimento dos objetivos do Programa Ciência na Escola que tem o importante propósito de estimular alunos para as carreiras científicas, qualificar professores para o ensino por investigação científica e fortalecer a interação entre instituições de ensino superior e escolas de ensino fundamental e médio, ressalta.

A Diretora de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais do CNPq, Adriana Tonini, ressaltou que nos últimos anos, o CNPq tem investido, por meio de várias iniciativas, na aproximação entre instituições de pesquisa e escolas da educação básica, por acreditar que as ações para despertar o interesse dos alunos pela ciência e tecnologia são mais efetivas se realizadas desde o ensino fundamental.

No caso do Programa Ciência na Escola, segundo a diretora, a Chamada lançada pelo CNPq tem como foco, além de fomentar a pesquisa na área de ensino de ciências, ações específicas dentro das escolas para a realização de iniciativas inovadoras e o desenvolvimento de produtos que possam ser aplicados no aprimoramento da qualidade do ensino de ciências na educação básica pública brasileira. A expectativa é a de que essas iniciativas permaneçam sendo executadas dentro das escolas mesmo após o final dos projetos, de modo a beneficiar o maior número de alunos do ensino fundamental e do Ensino Médio, finalizou.

A submissão de propostas está aberta a partir desta quinta-feira, 11, com prazo de envio até 27 de maio. Os projetos devem estar inseridos em uma das três linhas de apoio: Pesquisa sobre o ensino de ciências na educação básica; Ações de intervenção em escolas de educação básica com foco em ensino de ciências; e Estudos avaliativos sobre o Programa Ciência na Escola.

Veja aqui a chamada na íntegra.

O Programa Ciência na Escola

O Programa é uma iniciativa conjunta do MCTIC, CNPq, Ministério da Educação (MEC) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Estão previstas, além da chamada do CNPq, outras três ações, que transcorrerão simultaneamente: Chamada Pública para Instituições – Seleção de Redes para o Aprimoramento do Ensino de Ciências na Educação Básica; Olimpíada Nacional de Ciências – 2019; e Especialização à distância em Ensino de Ciências – ‘Ciência é Dez!’. (CNPq)

Saiba mais em <https://www.cienciaaescola.gov.br/app/cienciaaescola/sobreoprograma>

topo ↕

BLOG DA ALINE GARCIA - TEMPO REAL

Bolsonaro ou mente em entrevista, ou é ignorante a respeito da pesquisa científica brasileira

Bolsonaro ou mente em entrevista, ou é ignorante a respeito da pesquisa científica brasileira

A partir dos 6:50 dessa entrevista dada dia 08/04 à Jovem Pan, Bolsonaro fala o seguinte:

...e nas universidades, você vai na questão da pesquisa, você não tem, poucas universidades têm pesquisa, e dessas poucas, grande parte está na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo.

Porém, a empresa norte-americana Clarivate Analytics preparou um relatório a pedido da **CAPES** que mostrou que entre 2011 a 2016, as 20 universidades que mais produziram pesquisas no Brasil são todas públicas, e essas 20 universidades produziram 88% da pesquisa do país nesse período.

Pesquisa científica move o mundo, desenvolve países, não é um gasto, é um investimento. O próprio ministro Marcos Pontes falou muito bem sobre isso na entrevista com o Pirula. Ver o presidente do país ser ou mentiroso ou ignorante a respeito disso é muito triste. E isso não tem nada a ver com ideologia.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Programa Ciência na Escola – Ciência é 10 – Olimpíada Nacional de Ciências

O programa Ciência na Escola será lançado neste mês de abril.

Programa Ciência na Escola – Acesse o site do programa clicando aqui e saiba todos os detalhes

O Programa Ciência na Escola (PCE) envolve um compromisso pelo aprimoramento do ensino de ciências na educação por parte do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Ministério da Educação (MEC), Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O Programa será gerenciado, monitorado e avaliado, com resultados disponibilizados em Portal construído pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). cursos especiais+

São objetivos do PCE:

Aprimorar o ensino de ciências nas escolas de educação básica;
Promover o ensino por investigação voltado à solução de problemas;
Intensificar a qualificação de professores da educação básica para o ensino de ciências;
Estimular o interesse dos alunos da educação básica pelas carreiras científicas;
Identificar jovens talentos para as ciências;
Fomentar a implementação de soluções inovadoras que contribuam para aprimorar o ensino e o aprendizado de ciências;
Incentivar o uso de novas tecnologias educacionais e novos métodos de ensino de ciências;
Fortalecer a interação entre escolas de educação básica, instituições de ensino superior, espaços de ciência e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação;
Democratizar o conhecimento e popularizar a ciência.
O Programa iniciará suas atividades em abril de 2019 com quatro ações simultâneas:

Ações do Programa Ciência na Escola

Chamada Pública para Instituições – Seleção de Redes para o Aprimoramento do Ensino de Ciências na Educação Básica;
O MEC e o MCTIC conduzirão o processo de seleção das propostas
Os projetos selecionados executarão suas atividades no período de 2019 a 2022
Chamada Pública para Pesquisadores – Seleção de Projetos para o Aprimoramento do Ensino de Ciências na Educação Básica;
O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) selecionará as propostas
Os pesquisadores selecionados executarão suas atividades no período de 2019 a 2021
Olimpíada Nacional de Ciências – 2019
A Universidade Federal do Piauí (UFPI) coordenará a realização da Olimpíada na sua edição 2019
Estima-se que 1 milhão de alunos participem na ONC – 2019 (número 5 vezes maior que em 2018)
Especialização à distância em Ensino de Ciências – “Ciência é Dez!”
O curso será coordenado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**
A realização do curso ocorrerá por meio de Plataforma de Ensino a Distância
Outras ações consideradas relevantes poderão ser incorporadas ao PCE a critério do Comitê Gestor do Programa.

Projeto Ciência é 10, parte do Programa Ciência na Escola – Acesse o site do projeto clicando aqui e saiba todos os detalhes

O **Ciência é 10!** é uma iniciativa da **CAPES** que integra o programa **Ciência na Escola**, do MEC, MCTIC e CNPq. Trata-se de um curso de especialização para professores graduados que estão atuando no sistema público de ensino e dando aulas de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano. É realizado na modalidade ensino a distância (EAD), com garantia da **CAPES** e certificação do MEC, junto com as Instituições Públicas de Ensino parceiras.

O **Ciência é 10!** é um dos diversos cursos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), um sistema gerido pela **CAPES** para integrar e articular as universidades públicas com os governos municipais, estaduais e federal, a fim de facilitar o acesso dos professores do Ensino Básico de todo o País a uma formação continuada e de qualidade.

Garantir que o ensino das ciências nas escolas seja enriquecedor, criativo, participativo e constantemente atualizado. Esse objetivo passa, é claro, pela formação continuada dos professores da rede pública de educação básica. Foi para isso que surgiu o **Ciência é 10!**, um curso de especialização promovido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** por meio de seu sistema de educação a distância, a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O **Ciência é 10!** faz parte do Programa **Ciência na Escola**, uma iniciativa que envolve os Ministérios da Educação (MEC), da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

A iniciativa reúne diversas instituições públicas de ensino superior, secretarias municipais e estaduais de educação, escolas, professores e toda a comunidade escolar.

Saiba mais sobre o **Ciência é 10!** clicando aqui.

(Brasília – Redação CCS/CAPES)

Olimpíada Nacional de Ciências (ONC) 2019

Cartaz da ONC 2019

A Olimpíada Nacional de Ciências (ONC) é uma promoção do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) através do programa institucional “**CIÊNCIA NA ESCOLA**” e constitui um programa da Sociedade Brasileira de Física (SBF), Associação Brasileira de Química (ABQ), Instituto Butantã e Sociedade Astronômica Brasileira (SAB), responsáveis por sua execução, com os seguintes objetivos:

- (a) despertar e estimular o interesse pelo estudo das ciências;
- (b) aproximar as instituições de ensino superior, os institutos de pesquisa e sociedades científicas das instituições do ensino médio e do ensino fundamental;
- (c) identificar estudantes talentosos e incentivar seu ingresso nas áreas científicas e tecnológicas;

(d) proporcionar desafios aos estudantes visando o aprimoramento de suas formações.

A ONC integra o Programa Ciência na Escola e é uma realização de quatro Sociedades Científicas: a SBF (Sociedade Brasileira de Física) a ABQ (Associação Brasileira de Química) o INSTITUTO BUTANTAN e a SOCIEDADE ASTRONÔMICA BRASILEIRA ; ela resulta de um convite do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) às Sociedades e se destina a estudantes do Ensino Médio e do último ano (9º ano) do Ensino Fundamental

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Ciência é 10! – Programa Ciência na Escola

O Ciência é 10! é uma iniciativa da **CAPES** que integra o programa Ciência na Escola, do MEC, MCTIC e CNPq. Trata-se de um curso de especialização para professores graduados que estão atuando no sistema público de ensino e dando aulas de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano. É realizado na modalidade ensino a distância (EAD), com garantia da **CAPES** e certificação do MEC, junto com as Instituições Públicas de Ensino parceiras.

O Ciência é 10! é um dos diversos cursos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), um sistema gerido pela **CAPES** para integrar e articular as universidades públicas com os governos municipais, estaduais e federal, a fim de facilitar o acesso dos professores do Ensino Básico de todo o País a uma formação continuada e de qualidade.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Prêmio Professores do Brasil tem inscrições abertas em 15 de abril

As inscrições para a 12ª edição do Prêmio Professores do Brasil (PPB) estão abertas a partir de segunda-feira (15), pela página do programa na internet. O lançamento oficial do Prêmio ocorrerá no mesmo dia, às 15h, em solenidade no Ministério da Educação. O período de inscrição fica aberto até 31 de maio e espera-se superar o número de inscritos da edição anterior que foi de 4.040.

Poderão participar todos os professores de escolas públicas da educação básica que se inscreverem enviando um relato de prática pedagógica desenvolvida com seus alunos, que será avaliado e poderá ser selecionado para uma premiação estadual, regional e nacional.

O Prêmio Professores do Brasil, que possui seis categorias, é uma iniciativa do Ministério da Educação, juntamente com instituições parceiras, que busca reconhecer, divulgar e premiar o trabalho de professores de escolas públicas que contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nas salas de aula. Em suas 11 edições, foram contemplados 388 professores e distribuídos mais de R\$ 2,8 milhões em premiação.

O resultado final dos ganhadores deste ano será divulgado no dia 28 de novembro, em Cuiabá (MT), e serão distribuídos R\$ 278 mil em prêmios aos educadores, além de uma viagem para os seis vencedores nacionais e seus respectivos coordenadores pedagógicos, totalizando 12 viajantes.

Para o MEC, registrar uma experiência, um processo vivido ou mesmo uma conversa entre alunos e professores é uma forma de sistematizar o conhecimento do professor.

Assim, além de participar do processo de premiação, os professores desenvolvem um exercício de reflexão sobre a própria prática, o que garante o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, independentemente do processo de seleção, a participação dos professores é um caminho para a busca da qualidade na educação, compromisso de todos os educadores.

Neste ano, o prêmio conta com cinco temáticas especiais: Esporte como estratégia de aprendizagem; Uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) no processo de inovação educacional; Educação empreendedora; Criação e produção de linguagens de mídia por professores e estudantes no ensino fundamental e médio; e Aprendizagem criativa.

Etapas – O prêmio contempla três etapas de avaliação. Na estadual, são 486 premiados, dos quais 162 seguem para a próxima etapa, a regional. Na etapa regional, há um vencedor por categoria, por região, totalizando 30 vencedores. A etapa final, nacional, contempla seis vencedores, sendo um de cada categoria. Os professores vencedores da etapa regional participarão do evento final, com todas as despesas de viagem custeadas pelo MEC, além de ter suas experiências publicadas na página do PPB.

Em 2018, foi distribuída a premiação em dinheiro, além de uma viagem organizada e promovida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ao Canadá, com o objetivo de que os 30 professores finalistas conheçam e vivenciem outras experiências e compartilhem seus conhecimentos com professores no exterior.

Uma das 30 finalistas do ano passado, a professora Maria de Lourdes Severino Cosmo, da escola CEF Cerâmicas Reunidas Dom Bosco, que fica na área rural de Planaltina (DF), acredita que o Prêmio Professores do Brasil é um grande incentivo e reconhecimento para a categoria. “Eu já poderia estar até aposentada porque eu já tenho os pré-requisitos para aposentar. E muito pelo contrário, me deu uma energia e um gás novo. Não penso em me aposentar tão cedo agora.”

Com foco no incentivo à leitura dos alunos, o projeto Plantando histórias, colhendo frutos foi um dos vencedores da etapa regional. “Eu queria desenvolver neles o gosto pela leitura, o gosto pela escrita. O projeto foi uma forma de eu trazer para eles momentos de leitura e de oralidade para que eles pudessem tomar gosto pela coisa. E isso realmente aconteceu. Com o uso de um palanquinho, numa rotina da turma, eu apresentava um texto novo para a turma e eles faziam uma leitura silenciosa, depois eles faziam uma ilustração do texto e, na sequência, a gente partilhava e começava a leitura. Era o dia inteiro dedicado à leitura”, explicou a professora.

Para a professora Vandete Pereira Lima, da Escola Classe 08, do Cruzeiro (DF), que também foi uma das vencedoras do ano passado, o Prêmio Professores do Brasil representa, além da valorização do trabalho da categoria, uma forma de compartilhar experiências. “A gente tinha que estar falando das nossas experiências para as outras pessoas em muitas oportunidades. Seria importante a gente contar para o outros. As nossas experiências em sala de aula têm que ser compartilhadas. Acho que a gente tinha que aproveitar esse momento para conversar com nossos pares sobre essa realização bem-sucedida, premiada, e ter as oportunidades criadas pelo MEC para essa troca de ideias”, afirmou ela.

topo 

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Lançada a primeira chamada do Programa Ciência na Escola

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) lançam chamada de seleção de projetos que visem ao aprimoramento do ensino de ciências na educação básica. A chamada é a primeira iniciativa no âmbito do Programa Ciência na Escola, que será lançado ainda neste mês de Abril.

Está previsto um investimento total de R\$ 10 milhões em projetos que versem sobre o ensino de qualquer uma das disciplinas que fazem parte do currículo escolar dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O objetivo é privilegiar o letramento científico, o uso de abordagens investigativas e de metodologias ativas de ensino, a aproximação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) com as escolas públicas, a disseminação dos métodos científicos das diferentes áreas do conhecimento, a integração entre as disciplinas e o despertar da vocação dos alunos e professores da educação básica para as carreiras científicas.

Segundo o Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do Ministério, Marcelo Morales, essa ação é fundamental para cumprimento dos objetivos do Programa Ciência na Escola que “tem o importante propósito de estimular alunos para as carreiras científicas, qualificar professores para o ensino por investigação científica e fortalecer a interação entre instituições de ensino superior e escolas de ensino fundamental e médio”, ressalta.

A Diretora de Engenharias, Ciências Exatas, Humanas e Sociais do CNPq, Adriana Tonini, ressaltou que “nos últimos anos, o CNPq tem investido, por meio de várias iniciativas, na aproximação entre instituições de pesquisa e escolas da educação básica, por acreditar que as ações para despertar o interesse dos alunos pela ciência e tecnologia são mais efetivas se realizadas desde o ensino fundamental”.

No caso do Programa Ciência na Escola, segundo a diretora, a Chamada lançada pelo CNPq tem como foco, além de fomentar a pesquisa na área de ensino de ciências, ações específicas dentro das escolas para a realização de iniciativas inovadoras e o desenvolvimento de produtos que possam ser aplicados no aprimoramento da qualidade do ensino de ciências na educação básica pública brasileira. “A expectativa é a de que essas iniciativas permaneçam sendo executadas dentro das escolas mesmo após o final dos projetos, de modo a beneficiar o maior número de alunos do ensino fundamental e do Ensino Médio”, finalizou.

A submissão de propostas está aberta a partir desta quinta-feira, 11, com prazo de envio até 27 de maio. Os projetos devem estar inseridos em uma das três linhas de apoio: Pesquisa sobre o ensino de ciências na educação básica; Ações de intervenção em escolas de educação básica com foco em ensino de ciências; e Estudos avaliativos sobre o Programa Ciência na Escola.

Veja aqui a chamada na íntegra.

O Programa Ciência na Escola

O Programa é uma iniciativa conjunta do MCTIC, CNPq, Ministério da Educação (MEC) e **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Estão previstas, além da chamada do CNPq, outras três ações, que transcorrerão simultaneamente: Chamada Pública para Instituições – Seleção de Redes para o Aprimoramento do Ensino de Ciências na Educação Básica; Olimpíada Nacional de Ciências – 2019; e Especialização à distância em Ensino de Ciências – “Ciência é Dez!”.

topo ↕

PORTAL DE CARAJÁS - TEMPO REAL

Governo extingue programa de bolsas Capes

Uma portaria publicada no Diário Oficial da União indica o fim do Programa de Demandas Espontâneas e Induzidas (PDES) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

O programa foi criado em 2016 e apoiava propostas estratégicas em educação, ciência, tecnologia e inovação, dando apoio financeiro a projetos de pesquisa tanto no Brasil quanto no exterior sem a necessidade de editais ou chamadas públicas criadas previamente pelo governo.

Na publicação, do dia 20 de março, está descrita apenas a revogação da portaria nº 251, de novembro de 2018, que trata da reformulação do programa, no entanto não foram alegadas mais motivações que levaram a decisão.

Segundo a **Capes**, a portaria foi revogada principalmente por que as solicitações já seriam contempladas com outros programas da coordenação.

No entanto, segundo pesquisadores as necessidades não são supridas, já que o pesquisador bolsista não pode ser contemplado em mais de um programa. Eles consideram a medida um retrocesso para a pesquisa brasileira. (Fonte:RomaNews)

Com informações de UFMG.

topo ↕

QUERO BOLSA - TEMPO REAL

Qual a diferença entre uma pós-graduação presencial, semipresencial e EaD

Fazer uma pós-graduação pode ser uma boa opção para quem quer dar um upgrade na carreira e se tornar especialista em certa área. Hoje existem, além das aulas presenciais, algumas opções de cursos a distância e também semipresenciais.

Os cursos EaD são hoje os mais procurados por estudantes

As aulas EaD tiveram um crescimento muito grande nas faculdades e universidades nos últimos anos e no caso das pós-graduações não foi diferente. Hoje quase 60% das pesquisas por especializações no site do Quero Bolsa são por cursos a distância.

Mas, afinal, você sabe a diferença entre cada uma dessas modalidades e as regras do Ministério da Educação (MEC) sobre elas? Se não sabe não precisa se preocupar!

Pós-graduação presencial

Como o próprio nome diz, as aulas do curso, nesse caso, são ministradas presencialmente em uma unidade da faculdade ou universidade. O aluno precisa comparecer ao local para assistir as aulas, fazer as provas e realizar outras atividades - tudo conforme uma "aula tradicional" mesmo.

O MEC determina que, na modalidade lato sensu (o que inclui os cursos de MBA - Master Business Administration), as instituições de ensino superior credenciadas não precisam passar pelo processo de autorização ou reconhecimento dos cursos.

Pós-graduação a distância (EaD)

As aulas realizadas a distância concentram a maior parte das atividades no modo online e exige a presença dos alunos apenas para atividades ou provas esporádicas, uma vez por trimestre, semestralmente ou até mesmo só para a apresentação do trabalho de conclusão do curso.

De acordo com o MEC, os cursos lato sensu a distância podem ser ofertados por instituições de educação superior, desde que possuam credenciamento para educação a distância.

Essas aulas também deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Pós-graduação semipresencial

A modalidade semipresencial mescla atividades presenciais e a distância e exigem uma frequência maior do aluno em relação ao EaD, podendo ter aulas presenciais uma ou mais vezes por semana.

Pós-graduação stricto sensu

Estão inseridos na modalidade de pós-graduações stricto sensu os cursos de doutorado e mestrado. O órgão público responsável por legislar sobre essa categoria é a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, uma fundação do Ministério da Educação (MEC).

Nas aulas presenciais, o MEC determina que os cursos criados sejam sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação previstas em lei.

A **Capes** tem ainda uma área específica para tratar de cursos EAD. De acordo com ela, os programas de pós-graduação stricto sensu a distância precisam cumprir o mesmo programa e legislação dos cursos de mestrado e doutorado presenciais.

Além disso, a instituição deve ter autorização do MEC para oferecer pós stricto sensu a distância. O programa de ensino também deve ser autorizado pela **Capes** e ter comprovada a existência de um grupo de pesquisa na mesma área de conhecimento.

Ainda, os cursos EaD devem incluir, obrigatoriamente, atividades, provas, exames de qualificação e defesas de dissertação ou de tese presenciais.

topo ↕

UFF - TEMPO REAL

Nobel de Química lota teatro da UFF em palestra sobre nanotecnologia

Marcando o compromisso da universidade com a pesquisa científica de qualidade, a UFF ofereceu ao público na tarde do dia 10 de abril de 2019, no Cine Arte UFF, a Palestra Magna “The Rise and Promise of Artificial Molecular Machines Based on the Mechanical Bond”, com o Nobel de Química de 2016, o pesquisador James Fraser Stoddart, da Universidade de Northwestern (Illinois).

O encontro, organizado pela Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação (Proppi), foi inaugurado com as boas-vindas do reitor Antônio Cláudio da Nóbrega, que agradeceu a James a oportunidade. Com a plateia lotada, o químico contou, de forma bem-humorada, um pouco de sua trajetória até chegar a desenvolver as pesquisas sobre o universo da nanotecnologia que o notabilizam na área.

Para Andrea Latge, pró-reitora da Proppi, o trabalho do químico, apresentado durante a tarde de ontem, é “engenhoso e criativo, impressionante na escala molecular”. Em sua palestra, “ele se mostrou um amante do que fez em toda sua vida e deu uma lição a todos de como é bom experimentar, questionar, aprender e querer ir além”.

A pró-reitora arrematou dizendo que o Nobel de Química vai receber nos próximos meses uma estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Química da UFF, dentro do Projeto de Internacionalização Institucional CAPES/UFF. Segundo ela, “outras portas estão abertas em seu laboratório de máquinas moleculares e a UFF certamente vai aproveitar todas”.

Para o vice-reitor Fábio Passos, também presente durante o evento, a palestra do laureado no Prêmio Nobel de Química “foi um momento especial na história da UFF, representando um estágio de maturidade acadêmica, com a visão da importância da ciência no desenvolvimento da sociedade como um todo”.

topo ↕

UFSC - TEMPO REAL

Comunicado – acesso remoto ao Portal de Periódicos, via (CAFe), está temporariamente fora do ar para 69 instituições

A Coordenação-geral do Portal de Periódicos, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, comunica que o acesso remoto via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) está temporariamente fora do ar para 69 instituições. O acesso CAFe permite a visualização dos conteúdos disponíveis no acervo do Portal de Periódicos fora da instituição a que o usuário está vinculado. O serviço foi interrompido devido a uma atualização no sistema do Portal de Periódicos e a equipe responsável pela infraestrutura tecnológica está empenhada em resolver o problema o mais rápido possível.

Ressalta-se que o acesso ao Portal de Periódicos dentro da instituição está normalizado e sem prejuízos para qualquer tipo de busca – assunto, periódico, livro ou base. Assim, apenas o serviço CAFe está suspenso e para algumas instituições.

topo ↕

UNIVERSIDADE DE MARÍLIA - TEMPO REAL

Alunos do curso de Direito são aprovados em Exame da OAB

O Curso de Direito do UNIVEM comemora o excelente resultado no índice de aprovações na 1ª fase do Exame 28 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Dos 97 aprovados, 59 são alunos do UNIVEM, representando 60,82%. Com 52 anos de tradição, o curso de Direito é referência na formação de excelência e se destaca dentre

os melhores do Brasil.

Conforme destacou a coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do UNIVEM, Prof^a. Andréa Antico, a aprovação dos alunos do UNIVEM nos Exames da OAB, mostra que o Centro Universitário está no caminho certo. Pesquisa recente realizada pela OAB/ Marília aponta que, nos últimos cinco anos, mais de 70% dos aprovados são alunos da instituição.

Segundo ela, os resultados expressivos de aprovação na OAB, sempre acima da média do Estado, estão diretamente ligados a um trabalho consolidado ao longo dos anos, e a oficinas que preparam e direcionam os alunos para a prova. “Isso é resultado de um ensino sustentável, e de projetos, a exemplo do ‘Metas’ que tem incentivado os alunos a revisitarem o Direito com oficinas semanais, para que possa se atualizar e enfrentar o Exame da Ordem”, frisou.

O curso de Direito do UNIVEM, um dos melhores do Estado, conta com profissionais titulados (Mestres e Doutores). Além disso, se diferencia pela continuidade dos estudos no Mestrado em Direito, muito bem avaliado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES**.

De acordo com o coordenador do Curso de Direito do UNIVEM, Prof. Edinilson Doniste Machado, o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mede a habilidade e a competência do aluno durante os cinco anos de curso. Além da formação curricular, o resultado depende muito do perfil e da dedicação que o aluno teve. “Terminar a graduação é um caminho natural para quem ingressa, agora ingressar no mercado de trabalho depende da habilidade e competência de cada um. Setenta por cento dos nossos alunos que se formam, já saem com a aprovação da OAB, e os 30 por cento são aqueles que vão fazer a primeira, segunda prova no ano seguinte, após concluírem o curso”, concluiu.

topo 

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - TEMPO REAL

Reitor participa de reunião administrativa da ABRUEM

O reitor Gustavo Costa participou, nessa quarta-feira (10), da reunião administrativa da ABRUEM, em Brasília, onde foi discutida uma pauta positiva da entidade para 2019.

O primeiro ponto de pauta foi a discussão sobre o 63º Fórum da ABRUEM, que ocorrerá neste ano, ineditamente, em Brasília, no auditório da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A programação envolverá temas, como financiamento das universidades, fomento à pesquisa, avaliação da pós-graduação, internacionalização, mobilidade acadêmica e inovação. O reitor da UEMA integra o Comitê Científico do Fórum.

Um importante ponto de pauta também considerado na reunião foi a agenda de audiências da ABRUEM com órgãos nacionais e internacionais, a partir de abril. O foco principal é o Governo Federal e as instâncias de decisão sobre projetos de interesse das universidades estaduais.

E, por último, tratou-se sobre o assunto da missão internacional de setembro à

Argentina e Chile, para firmar acordos de cooperação com instituições de ensino e pesquisa da região.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Bolsonaro assina projeto de lei sobre educação domiciliar

PL inclui requisitos mínimos para exercício dessa modalidade de ensino

O presidente Jair Bolsonaro assinou hoje (11) projeto de lei que regula a educação domiciliar de crianças e adolescentes, prática conhecida como homeschooling. Segundo o Palácio do Planalto, o texto traz os requisitos mínimos que os pais ou responsáveis legais deverão cumprir para exercer essa opção, tais como o cadastro em plataforma a ser oferecida pelo Ministério da Educação (MEC) e a possibilidade de avaliação.

Após Solenidade de 100 dias do Governo Jair Bolsonaro, o ministro da Casa Civil da Presidência da República, Onyx Lorenzoni fala com a Imprensa.

A proposta fez parte dos instrumentos assinados em uma cerimônia no Palácio do Planalto que marcou a passagem dos 100 dias de governo.

A princípio, o governo havia planejado editar medida provisória (MP) sobre a educação domiciliar, segundo informou ontem (10) a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves.

Em entrevista coletiva nesta quarta-feira, o chefe da Casa Civil da Presidência da República, ministro Onyx Lorenzoni, disse que o governo resolveu enviar projeto de lei ao Congresso Nacional por entender que sua tramitação trará mais segurança para a família que quiser adotar essa modalidade de ensino.

Para virar lei, a medida provisória precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias. Caso contrário, perderá a validade. “E se ela [MP] caduca, e se cai por decurso de prazo? E as famílias que optaram por esse método? E as crianças, vão ficar sem salvaguarda? Vão perder aquele ano escolar? Então foi uma medida de proteção às crianças”, disse Onyx.

Homeschooling

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) não reconheceu o ensino domiciliar de crianças. Para a Corte, a Constituição prevê apenas o modelo de ensino público ou privado, cuja matrícula é obrigatória, e não há lei que autorize a medida.

Segundo a fundamentação adotada pela maioria dos ministros do STF, o pedido formulado no recurso, que discutia a possibilidade de o ensino domiciliar ser considerado lícito, não pode ser acolhido, uma vez que não há legislação que regulamente preceitos e regras aplicáveis a essa modalidade de ensino.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro quer criar carteira de estudante para esvaziar entidades como UNE

Documento é principal fonte de financiamento de organizações estudantis

O governo Jair Bolsonaro (PSL) tem trabalhado para criar uma carteira de identificação de estudantes com o objetivo de esvaziar a carteirinha emitida por entidades estudantis. O documento, que garante meia entrada em cinemas e espetáculos, é a principal fonte de

renda dessas organizações.

O projeto é discutido desde a transição, segundo a Folha apurou. A viabilização coube ao Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão ligado ao Ministério da Educação, em parceria com a secretaria executiva do MEC.

A iniciativa passa pela criação de um aplicativo de identificação de participantes nos exames e avaliações, como o Enem. Pelo aplicativo, estudantes poderão emitir uma carteirinha eletrônica a partir de identificação com o CPF.

A ideia é começar o cadastro por alunos do ensino superior. Em um segundo momento, abrir adesão para estudantes de outras etapas. O Inep detém as bases de dados da educação brasileira, a partir das quais haveria a viabilização do projeto.

Os detalhes técnicos do aplicativo já estão prontos. A Folha apurou que uma equipe do Inep trabalhava nos últimos dias com o layout da carteirinha.

O trabalho foi tocado pelo ex-presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, que elegeu o tema como uma das prioridades dos primeiros 100 dias de governo. A demissão de Marcus Vinicius do instituto em meio à crise que culminou com a saída Ricardo Vélez Rodríguez —substituído por Abraham Weintraub— acabou atrasando o anúncio oficial do projeto.

MEC e Inep não responderam aos questionamentos da reportagem.

Bolsonaro e aliados são rivais da UNE e outras entidades estudantis. Deputados do partido do presidente tentam emplacar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara para investigar a organização e sua relação com governos do PT. A UNE é dominada há anos pelo PCdoB.

A aceitação da carteirinha feita pelo MEC esbarra na legislação. Uma lei de 2013, sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, garante a emissão apenas à UNE (União Nacional dos Estudantes), à Ubes (União Nacional dos Estudantes Secundaristas) e à ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos).

Em 2015, decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, entendeu que o documento também pode ser feito por entidades estudantis municipais e estaduais, sem vínculo necessário aos órgãos de âmbito nacional.

O plano do MEC, entretanto, é que estabelecimentos passem a aceitar a identificação oficial aos poucos. O governo não descarta uma futura tentativa de alterar a lei de meia entrada dentro do Congresso.

Para o presidente da Ubes, Predro Gorki, a iniciativa é uma forma de o governo afrontar as entidades, já que se trata de uma das principais formas de financiamento do movimento estudantil.

“A gente defende que as organizações da sociedade civil, não o Estado, garantam a meia entrada. Seria uma interferência do Estado”, diz Gorki, que ressalta a garantia da legislação federal.

Antes da lei de 2013, sancionada pela presidente Dilma Rousseff (PT), houve uma medida provisória, em 2001, que abria a possibilidade de comprovação estudantil a partir de documento confeccionado pelas próprias instituições de ensino.

Na época, a UNE argumentou que se tratava de retaliação do governo Fernando Henrique Cardoso às mobilizações da entidade por melhorias na educação. Com a lei de 2013, a medida provisória foi revogada.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Projeto de lei que pretende regulamentar a educação domiciliar no Brasil prevê provas anuais e cadastro no MEC

Medida visa criar regras para quem prefere educar os filhos em casa. Antes de entrar em vigor, o texto precisa tramitar no Congresso.

O projeto de lei com as regras que pretendem regulamentar a educação domiciliar no Brasil prevê provas anuais de certificação de aprendizagem e cadastro dos estudantes no Ministério da Educação (MEC).

O texto, que ainda precisa tramitar no Congresso para entrar em vigor, foi divulgado nesta quinta (11) pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Pela manhã, o presidente Jair Bolsonaro assinou o projeto em um evento sobre os 100 dias de governo.

A educação domiciliar é uma modalidade de ensino em que pais ou tutores assumem o processo de aprendizagem das crianças, ensinando a elas os conteúdos ou contratando professores particulares para isso. No entanto, não há regras para a prática.

Em setembro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, com a atual legislação, os pais não podem tirar filhos da escola para ensiná-los em casa. Entretanto, a maioria dos ministros admitiu que a prática poderá se tornar válida se for aprovada uma lei que permita avaliar não só o aprendizado, mas também a socialização do estudante educado em casa.

Agora, o projeto de lei traz, segundo o governo, "os requisitos mínimos que os pais ou responsáveis legais deverão cumprir para exercer esta opção, tais como o cadastro em plataforma a ser oferecida pelo Ministério da Educação e possibilidade de avaliação".

Confira os principais pontos:

Garante aos pais a liberdade de optar entre a educação escolar ou domiciliar

Exige o cadastro obrigatório dos estudantes em uma plataforma do Ministério da Educação

O MEC fará análise e aprovação do cadastro

Para se cadastrar no MEC, os pais precisam apresentar certidão com antecedentes criminais e a carteira de vacinação atualizada

Os estudantes precisarão fazer provas anuais de avaliação da aprendizagem.

Se as crianças forem reprovadas por dois anos seguidos, ou três anos não consecutivos, os pais perderão o direito de educar os filhos nesta modalidade

É preciso apresentar um plano pedagógico individual proposto por pais ou responsáveis legais

Os pais ou os responsáveis legais deverão manter registro periódico das atividades

Equilíbrio

O objetivo, de acordo com o projeto, é assegurar "a isonomia de direitos entre os estudantes em educação escolar e os estudantes em educação domiciliar". Isso porque, segundo a Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned), as famílias e estudantes relatavam preconceito por serem adeptos desta modalidade.

O texto prevê que os estudantes da educação domiciliar poderão participar de "concursos, competições, avaliações nacionais instituídas pelo Ministério da Educação, avaliações internacionais, eventos pedagógicos, esportivos e culturais, incluídos àqueles em que for exigida a comprovação de matrícula na educação escolar como requisito para a participação", diz o documento.

No artigo 205, a Constituição trata a educação como um "direito de todos e dever do Estado e da família", a ser "promovida e incentivada com a colaboração da sociedade". O objetivo é o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que os menores tenham "acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência".

De acordo com o governo, o projeto de lei pretende preencher a lacuna legal para que os adeptos da educação domiciliar não sejam recriminados por abandono intelectual.

Críticas

As críticas mais comuns ao método são sobre a possibilidade de a criança ter uma socialização mais restrita e não ter acesso a outras formas de ver o mundo. Outras dizem respeito à proteção dos menores, já que a escola geralmente identifica violências praticadas dentro de casa contra as crianças.

Para Carlos Vinícius Reis, diretor-executivo da Associação Nacional da Educação Domiciliar (Aned), a questão da socialização é um mito. "Na escola, as crianças ficam restritas a um grupo. Na educação domiciliar, ela pode ir a museus, praticar atividades esportivas, ter acesso a mais de um grupo de socialização", defende.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Abertas inscrições para programa que concede bolsas a universitários do Ceará vindos de escolas públicas

Os interessados em concorrer às bolsas podem se inscrever até o próximo dia 30 de abril, pela internet.

Estão abertas, a partir desta quinta-feira (11), as inscrições para o Programa Avance, que concede bolsas a ex-estudantes da rede pública estadual de ensino que ingressaram no ensino superior em 2018 ou 2019. Os interessados em concorrer às bolsas podem se inscrever até o próximo dia 30 de abril, pela internet.

Esta é a segunda edição do programa, lançado em 2017. São duas mil vagas abertas, sendo a metade destinadas a alunos que ingressaram no ensino superior em 2018, e a outra para os estudantes que entraram na universidade em 2019.

Os selecionados vão receber auxílio no valor de R\$ 468,50 durante 12 meses. O

investimento total do programa é de R\$ 12 milhões.

As exigências para concorrer ao auxílio financeiro são:

Ter ingressado em curso de graduação em Instituição de Ensino Superior (IES), credenciada pelo Ministério da Educação (MEC).

Cursar, no mínimo, 12 créditos de disciplinas do atual semestre letivo e ter frequência de, no mínimo, 75% em cada disciplina cursada.

O candidato deve ter obtido média geral igual ou superior a 560 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sendo válidas a edição de 2017 ou 2018.

O aluno também deverá estar com o cadastro devidamente atualizado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

A concessão da bolsa ficará a cargo da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), informou a Seduc. De acordo com a Secretaria de Educação do Ceará, responsável pela seleção dos bolsistas, o primeiro edital do programa contemplou mil estudantes.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC - novo ministro fala em sabotagem e diz não aceitar vazamentos

No primeiro dia no comando da pasta, Abraham Weintraub também demonstrou preocupação com brigas internas e posturas inadequadas

Ao assumir oficialmente o comando do Ministério da Educação (MEC), nessa quarta-feira (10/4), o ministro Abraham Weintraub informou que quer evitar “sabotagem” e ainda disse que não vai aceitar vazamentos de informações da pasta. A informação é do jornal O Globo.

As declarações foram feitas durante reunião reservada com Carlos Nadalim, secretário nacional de Alfabetização. O diálogo foi ouvido pelo O Globo após um telefonema feito para o ministro. Weintraub atendeu a chamada e deixou o celular ligado.

De acordo com a reportagem, na conversa, Weintraub também demonstrou preocupação com as brigas internas entre as alas ideológica e militar. Isso porque, durante a gestão do venezuelano Ricardo Vélez Rodríguez, nos três primeiros meses de governo, o MEC foi alvo de diversas polêmicas – que ocasionaram a demissão do ex-ministro da pasta.

O ministro ainda comentou sobre posturas inadequadas na pasta e disse que se alguém “toma uma posição sem autorização da chefia” será “mandado embora”. Segundo O Globo, Weintraub destacou que o órgão não vai mais se pautar pelo que é noticiado pela imprensa e que não quer ninguém fazendo “barulho” no ministério.

“Não pode sair falando. Se ele toma uma posição sem autorização minha, é mandado embora no mesmo instante”, disse o ministro, que continuou a falar sobre o vazamento de informações. “Quem deu autorização? Sabotagem”. Em outro trecho da conversa, o novo ministro informou que havia integrantes do MEC “totalmente conectados” com a imprensa.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ensino domiciliar terá provão e exigirá projeto pedagógico feito pelos pais

O governo federal enviou hoje ao Congresso Nacional um projeto de lei que regulamenta o ensino domiciliar no Brasil. O texto prevê que os alunos sejam avaliados

anualmente pelo MEC (Ministério da Educação) e que os pais ou responsáveis legais apresentem projeto pedagógico individual para ter aprovado o pedido de ensino em casa.

Para que entre em vigor, o projeto precisa ser aprovado por senadores e deputados e depois ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL). A regulamentação da educação domiciliar era uma antiga promessa de campanha de Bolsonaro e uma das principais bandeiras da ministra da Família, Mulher e Direitos Humanos, Damarens Alves.

Em setembro, o STF (Supremo Tribunal Federal) negou a possibilidade de os pais lançarem mão do ensino domiciliar porque não havia legislação que regulamentasse preceitos e regras aplicáveis a essa modalidade de ensino.

O projeto de lei prevê que a avaliação dos estudantes nessa modalidade seja feita pelo MEC por meio de uma prova anual. A avaliação terá como parâmetro a Base Nacional Comum Curricular. Essas avaliações serão feitas a partir do 2º ano do ensino fundamental.

Caso os alunos submetidos a essa prova não sejam aprovados, eles terão direito a uma prova de "recuperação" também realizada pelo MEC. Há previsão no projeto de lei para que o MEC cobre pela realização da prova.

Se o estudante for reprovado em dois anos consecutivos ou se reprovar três vezes em anos não consecutivos, ele não poderá mais ser educado em casa.

O projeto de lei também prevê que, para aderir a essa modalidade, os pais ou responsáveis legais da criança ou do adolescente, precisarão fazer um cadastro em uma plataforma virtual do MEC e apresentar o projeto pedagógico que pretendem utilizar.

Apesar de o projeto prever que avaliação dos alunos será feita a partir da Base Nacional Comum Curricular, não há nenhuma menção sobre quais os critérios educacionais que os pais que optarem pelo ensino domiciliar deverão seguir na elaboração do projeto pedagógico.

Restrições

O projeto determina que alguns pais e responsáveis legais não podem aderir a essa modalidade de ensino.

Aquelas pessoas que estiverem cumprido penas por crimes hediondos ou aqueles previstos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na lei da violência doméstica estão proibidos de educarem seus filhos em casa. Pessoas que estejam cumprindo medidas de segurança também.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Proposta de governo prevê educação domiciliar condicionada a desempenho

O projeto de lei preparado pelo governo para regular a educação domiciliar prevê que alunos com baixo desempenho não poderão prosseguir nessa forma de ensino. O texto da proposta, obtido pelo jornal O Estado de S.Paulo, prevê que alunos que forem reprovados por dois anos seguidos não terão registro renovado para continuar com as aulas em casa. A punição também se aplica para alunos que tiverem de fazer, por três

anos consecutivos, provas de recuperação.

O ensino domiciliar atualmente é considerado ilegal no País. Embora a prática não seja reconhecida, estimativas indicam que atualmente cerca de 5 mil crianças tenham aulas em casa. Preparado pelo Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos em conjunto com o Ministério da Educação, o texto prevê que famílias interessadas nessa forma de ensino tenham de fazer um registro.

Para que a autorização seja concedida, serão exigidos documentos como certidão de antecedentes dos pais e uma declaração formal, optando pela educação domiciliar. A proposta prevê ainda avaliações periódicas. Uma vez aprovados, o aluno receberá o certificado. Quando o aproveitamento não for satisfatório, será realizada uma prova de recuperação. Pelo plano do governo, todos os prazos para avaliação serão definidos pelo MEC.

O texto preparado prevê ainda que o estudante matriculado na educação domiciliar tenha direito de participar das avaliações do MEC. Para o governo, cabe à família decidir qual a melhor forma de ensino para seus filhos. A educação domiciliar é uma reivindicação, entre outros grupos, de famílias evangélicas e católicas.

A ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos, Damares Alves, é uma das principais vozes em defesa do homeschooling no País. Ela também frequentemente pede que as famílias assumam mais a educação dos filhos e que a escola não discuta temas como gênero e sexualidade.

A avaliação dos alunos em homeschooling acontece em alguns Estados nos Estados Unidos, país com o maior número de estudantes em casa. São 2 milhões de crianças e jovens. Especialistas internacionais dizem que a avaliação é importante para garantir a qualidade da educação.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro assina projeto de lei sobre educação domiciliar

O presidente Jair Bolsonaro assinou hoje (11) projeto de lei que regula a educação domiciliar de crianças e adolescentes, prática conhecida como homeschooling. Segundo o Palácio do Planalto, o texto traz os requisitos mínimos que os pais ou responsáveis legais deverão cumprir para exercer essa opção, tais como o cadastro em plataforma a ser oferecida pelo Ministério da Educação (MEC) e a possibilidade de avaliação.

Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, a regulamentação do homeschooling por meio de projeto de lei dará mais segurança às famílias que optarem por esse método de ensino - Antonio Cruz/Agência Brasil

A proposta fez parte dos instrumentos assinados em uma cerimônia no Palácio do Planalto que marcou a passagem dos 100 dias de governo.

A princípio, o governo havia planejado editar medida provisória (MP) sobre a educação domiciliar, segundo informou ontem (10) a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves.

Em entrevista coletiva nesta quarta-feira, o chefe da Casa Civil da Presidência da República, ministro Onyx Lorenzoni, disse que o governo resolveu enviar projeto de lei

ao Congresso Nacional por entender que sua tramitação trará mais segurança para a família que quiser adotar essa modalidade de ensino.

Para virar lei, a medida provisória precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias. Caso contrário, perderá a validade. "E se ela [MP] caduca, e se cai por decurso de prazo? E as famílias que optaram por esse método? E as crianças, vão ficar sem salvaguarda? Vão perder aquele ano escolar? Então foi uma medida de proteção às crianças", disse Onyx.

Homeschooling

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) não reconheceu o ensino domiciliar de crianças. Para a Corte, a Constituição prevê apenas o modelo de ensino público ou privado, cuja matrícula é obrigatória, e não há lei que autorize a medida.

Segundo a fundamentação adotada pela maioria dos ministros do STF, o pedido formulado no recurso, que discutia a possibilidade de o ensino domiciliar ser considerado lícito, não pode ser acolhido, uma vez que não há legislação que regule preceitos e regras aplicáveis a essa modalidade de ensino.

